



Relatório Anual 2001

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil



04 Mensagem aos Associados

05 Números da PREVI

06 Resultado do Período

09 Relacionamento com o Participante

12 O Futuro Já Começou: PREVI Futuro

13 Ambiente Regulatório

15 Gestão

16 Responsabilidade Social e Ética

17 Composição da Administração

18 Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxo Financeiro
Notas Explicativas
Parecer dos Auditores Independentes
Parecer Atuarial
Parecer do Conselho Deliberativo
Parecer do Conselho Fiscal

Mensagem aos Associados

NOVOS DESAFIOS

Os dispositivos legais que disciplinam o funcionamento dos fundos de pensão passaram por significativas alterações em 2001. Questões como limites de idade para aposentadoria, responsabilização de gestores, portabilidade, diversificação da carteira de investimentos e tributação, entre outras, estiveram em pauta. No plano interno, destaca-se a entrada do Plano de Benefícios 1 em fase de maturidade populacional, tendo em vista que, em março, o número de aposentados e pensionistas ultrapassou o de participantes ativos.

Conjugados, esses fatores constituem desafios aos administradores da Entidade, uma vez que compromissos e responsabilidades são crescentes e conferem relevância ainda maior à gestão dos ativos. Por isso, procuramos “arrumar a casa”, para melhor conviver com as mudanças dos ambientes externo e interno e estar prontos para o futuro. Nesse sentido, investimos em projetos que permitem maior controle, cálculos mais precisos dos compromissos e mensuração do risco de nossos investimentos.

Mesmo tendo a qualidade dos serviços reconhecida pelos participantes, o aprimoramento da relação da PREVI com o Corpo Social foi objeto de esforço considerável. Dessa maneira, além das ações necessárias à manutenção da capacidade de cumprir sua missão principal – o pagamento de benefícios – a PREVI procurou aprofundar o contato com seus associados, levando até eles novas tecnologias, informações e canais de comunicação.

O cenário internacional conturbado foi determinante para o resultado da PREVI. Isso porque eventos como a crise argentina e os atentados terroristas nos EUA afetaram o desempenho da bolsa de valores, derrubando os preços das ações. Na condição de grande investidor institucional, com mais de 50% de seu patrimônio aplicado em ativos de renda variável, a PREVI sentiu os efeitos dessa conjuntura, tendo-se verificado déficit ao final do exercício.

Esse resultado deve ser analisado dentro de sua real dimensão, pois trata-se de evento conjuntural que atingiu a todos os grandes investidores – aí incluídos os fundos de pensão, indistintamente, e não deve ser confundido com déficit atuarial. No caso da PREVI, os planos de benefícios estão em equilíbrio e as demonstrações contábeis contemplam reservas e fundos que garantem a segurança de todos.

Aos desafios impostos pelo ambiente em transformação – seja no que diz respeito à regulamentação pertinente aos fundos de pensão, seja no que concerne ao cenário econômico –, respondemos com iniciativas e projetos capazes de dotar a PREVI de instrumentos gerenciais que vão permitir navegação mais precisa em direção ao futuro. É a parte da gestão menos visível, mas fundamental para a perenidade da Instituição.

A Diretoria

Números da PREVI

O ano de 2001 marcou a entrada do Plano de Benefícios 1 na maturidade populacional, tendo em vista que o número de assistidos superou o de participantes ativos do plano. Esse fato é bastante significativo e destaca a importância dos investimentos em projetos voltados ao aperfeiçoamento das ferramentas de gestão, particularmente em contexto onde são crescentes os compromissos e responsabilidades da PREVI.

| | 2001 | 2000 | 1999 |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Participantes | 120.445 | 120.238 | 115.311 |
| Ativos | 71.546 | 73.029 | 68.537 |
| Plano de Benefícios 1 | 59.738 | 63.435 | 65.683 |
| Plano PREVI Futuro | 11.808 | 9.594 | 2.854 |
| Aposentados | | | |
| Plano de Benefícios 1 | 48.899 | 47.209 | 46.774 |
| Contribuintes/Participantes | | | |
| Externos e Vesting | 4.661 | 3.944 | 3.199 |
| Ativos | 1.853 | 1.306 | – |
| Plano de Benefícios 1 | 1.182 | 1.299 | 816 |
| Plano PREVI Futuro | 671 | 7 | – |
| Aposentados | 2.808 | 2.638 | 2.383 |
| Plano de Benefícios 1 | 2.808 | 2.638 | 2.383 |
| Plano PREVI Futuro | – | – | – |

| | 2001 | 2000 | 1999 |
|---------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Benefícios em Manutenção | 63.716 | 61.451 | 60.378 |
| Aposentadorias | 51.707 | 49.847 | 49.157 |
| Tempo de Serviço | 43.023 | 42.411 | 42.561 |
| Antecipada com INSS | 3.035 | 2.469 | 2.194 |
| Antecipada sem INSS | 739 | 338 | 118 |
| Idade | 123 | 135 | 135 |
| Invalidez | 4.787 | 4.494 | 4.149 |
| Pensões | 12.009 | 11.604 | 11.221 |

| População Abrangida | 400.520 |
|----------------------------|----------------|
| Aposentados | 51.707 |
| Ativos | 73.399 |
| Beneficiários de Pensões | 16.777 |
| Dependentes de Aposentados | 95.353 |
| Dependentes de Ativos | 163.284 |

Resultado do Período

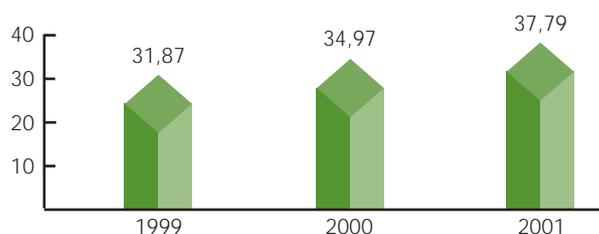
Após o final do exercício de 2001, a PREVI apresentou déficit técnico de R\$ 2,04 bilhões. Esse resultado decorreu fundamentalmente da combinação de dois fatores: a significativa parcela da carteira de investimentos aplicada em ações e o desempenho insatisfatório da Bolsa de Valores, sensivelmente afetado por eventos como a crise argentina e os atentados terroristas nos EUA. Cabe ressaltar que a metodologia de apuração desse resultado não considera os prêmios associados à participação da PREVI em blocos de controle de diversas empresas – de que são exemplos a Embraer, a Companhia Vale do Rio Doce e a Perdigão, entre outras. Além disso, a queda de preços observada na Bolsa de Valores teve impacto estritamente contábil, uma vez que a PREVI não se desfez de sua carteira.

Comportamento do Ativo

Em dezembro de 2001, os ativos de investimentos que suportavam os compromissos da PREVI somavam R\$ 37,79 bilhões e estavam assim distribuídos:

| Segmento | Recursos (R\$ bilhões) | (%) |
|-----------------------------|------------------------|---------------|
| Renda Variável | 20,94 | 55,40 |
| Renda Fixa | 11,27 | 29,83 |
| Operações com Participantes | 3,29 | 8,72 |
| Investimentos Imobiliários | 2,29 | 6,05 |
| Total | 37,79 | 100,00 |

Evolução dos Ativos de Investimentos (R\$ bilhões)



Rentabilidade da Carteira

Em 2001, a rentabilidade da carteira de investimentos alcançou 10,89%, ficando abaixo da meta atuarial – 17,02% – equivalente a IGP-DI + 6% a.a. A origem da diferença é a mesma do resultado patrimonial observado no exercício: o desempenho insatisfatório da Bolsa de Valores.

| Plano | Segmento | Rentabilidade |
|----------------------------|-----------------------------|---------------|
| Plano de Benefícios 1 | Renda Fixa | 16,69% |
| | Renda Variável | 7,52% |
| | Investimentos Imobiliários | 10,93% |
| | Operações com Participantes | 11,03% |
| PREVI Futuro | Renda Fixa | 17,34% |
| Rentabilidade Total | | 10,89% |

Renda Variável

Ao final do exercício, R\$ 20,94 bilhões estavam aplicados em ações. Esses investimentos apresentaram rentabilidade anual de 7,52%, resultado que superou a variação do IBX* (-0,9%) e o Ibovespa** (-11%). A receita líquida recebida com dividendos e juros sobre capital próprio foi de R\$ 781 milhões.

Principais Movimentos da Carteira

Descruzamento CVRD - CSN

A operação que se convencionou chamar de descruzamento foi a eliminação das participações acionárias recíprocas entre a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). No âmbito do descruzamento, PREVI, Bradesco e a própria CVRD deixaram de ser acionistas da CSN, por meio da venda de suas ações ao Grupo Vicunha. A CSN, atualmente controlada pelo Grupo Vicunha, vendeu sua participação no capital da mineradora para PREVI e Bradesco. O descruzamento envolveu valores da ordem de R\$ 4,80 bilhões e propiciou ganho financeiro bruto à PREVI no valor aproximado de R\$ 530 milhões.

Telet e Americhel

Após quase um ano de negociações foi concluída a venda das participações da PREVI nas operadoras Telet (RS) e Americhel (Regiões Norte e Centro-Oeste). Por terem sido negociadas em bloco, as ações foram vendidas mediante pagamento de prêmio de controle. O valor de alienação, referente à parcela da PREVI no bloco, correspondeu a R\$ 264 milhões e propiciou resultado de R\$ 41 milhões, tomando-se como base de comparação o valor realizável caso a PREVI tivesse optado por manter os recursos investidos em Americhel e Telet sob a forma de títulos de renda fixa.

Resultado do Período

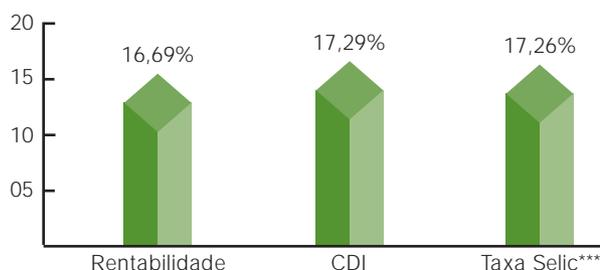
Embraer

A PREVI e seus demais parceiros do bloco de controle da Embraer efetuaram a venda, por meio de oferta pública no Brasil e nos Estados Unidos, de substancial bloco de ações preferenciais daquela empresa. Desse total, coube à PREVI a alienação de aproximadamente 13 milhões de papéis, correspondente a valor financeiro bruto de R\$ 316 milhões. Considerando como referência de comparação o custo de aquisição corrigido pela rentabilidade padrão das aplicações de renda fixa, a operação resultou em lucro de R\$ 270 milhões.

Renda Fixa

A PREVI encerrou 2001 com aplicações de renda fixa no valor aproximado de R\$ 11,27 bilhões, equivalentes a 29,83% dos ativos de investimentos. A rentabilidade destas aplicações alcançou 16,69%, pouco abaixo portanto do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), 17,29%. Isso porque as carteiras de alguns dos fundos de investimentos que compõem o segmento de renda fixa contêm papéis de renda variável.

Rentabilidade – Renda Fixa



Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários representavam 6,05% dos ativos de investimentos e somavam R\$ 2,29 bilhões ao final de dezembro de 2001. Do ponto de vista patrimonial, os ativos imobiliários apresentaram valorização de 0,77% em relação ao ano anterior. As receitas financeiras líquidas geradas no ano pelos imóveis em operação foram da ordem de R\$ 177,39 milhões.

Nos últimos anos, o foco do gerenciamento da carteira de investimentos imobiliários tem sido a elevação da rentabilidade e da liquidez. Com este objetivo, em 2001 foram realizadas operações de venda correspondentes a R\$ 20,26 milhões. O percentual de vacância dos imóveis tem-se mostrado praticamente nulo.

Aquisições Imobiliárias

Centro Empresarial Mourisco – 2º pavimento

O segundo pavimento do CEM, no Rio de Janeiro, foi adquirido à Cia. Vale do Rio Doce por R\$ 14,30 milhões. A aquisição elevou a participação da PREVI no edifício para 63,45%.

Norteshopping

Em operação que envolveu a venda de participação no Shopping Campo Grande (MS), a PREVI elevou sua participação no Norteshopping (RJ), por meio da aquisição, por R\$ 9,62 milhões, de 9% da área bruta locável da primeira fase do shopping center e de 29% da expansão, por R\$ 21,47 milhões.

Composição da Carteira de Investimentos Imobiliários

| Classe | % |
|-------------------------------------|---------------|
| Complexo Hoteleiro | 16,18 |
| Edificações Locadas à Patrocinadora | 2,45 |
| Edificações para Renda | 51,38 |
| Imóveis em Construção | 5,26 |
| Investimentos em Shopping Center | 21,54 |
| Outros | 3,19 |
| Total | 100,00 |

Operações com Participantes

Em 31/12/2001, o segmento de operações com participantes representava 8,72% da carteira de ativos de investimentos, tendo acumulado rentabilidade de 11,03% no exercício. Destaque para o impacto da carteira imobiliária sobre o retorno oferecido por essas operações, seja pela inadimplência, seja pelo descasamento entre o indexador de grande número de contratos da carteira imobiliária (TR) e o IGP-DI.

Resultado do Período

Empréstimo Simples

| | 2001 | 2000 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Quantidade de Concessões | 44.353 | 48.784 |
| Valor Emprestado | 514.061.000,00 | 546.578.000,00 |
| Valor Liquidado | 370.522.917,77 | 379.399.436,24 |

Operações da Carim

| Operações | 2001 | 2000 |
|---|---------------|---------------|
| Contratos Assinados até 1988 | 7.722 | 8.087 |
| Contratos Assinados após 1989 (Repactuados) | 10.568 | 9.901 |
| Contratos Assinados após 1989 (Não Repactuados) | 23.270 | 24.295 |
| Total de Contratos | 41.560 | 42.283 |

Comportamento do Passivo

O ano 2001 marcou a entrada do Plano de Benefícios 1 em fase de maturidade. No mês de março, o número de participantes assistidos (aposentados e pensionistas) ultrapassou o de participantes ativos.

| 2001 | Ativos | Assistidos |
|-----------|--------|------------|
| Fevereiro | 62.644 | 62.249 |
| Março | 62.189 | 62.362 |
| Abril | 61.953 | 62.463 |

A reserva matemática do Plano de Benefícios 1 tem apresentado crescimento nominal médio de 12% ao ano e indica decréscimo no valor real do compromisso previdenciário da PREVI, tendo em vista que a meta atuarial é dada pela variação do IGP-DI, acrescidos juros de 6% a.a.

As variações ocorridas nos valores das reservas matemáticas do Plano de Benefícios 1, entre 2000 e 2001, deveram-se principalmente aos seguintes fatores:

- variação do IGP-DI no período, 10,39%;
- alteração de variáveis do perfil da massa de participantes no período, como idade e tempo de filiação à PREVI e acerto do tempo de filiação ao INSS de 23.000 participantes;
- alteração de premissas atuariais, como fator de capacidade e taxa de crescimento salarial;
- correção dos benefícios pelo IGP-DI.

Todos esses fatores, quando combinados, determinaram crescimento global das reservas matemáticas em 10,68%.

* IBX (Índice Brasil)

Índice que mede o retorno de carteira hipotética composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro, ponderadas no índice pelo seu respectivo valor de mercado.

** Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo)

Índice que exprime a variação média diária dos valores das negociações na Bolsa de Valores de São Paulo. É formado pelas 45 ações mais negociadas nesta Bolsa.

*** Taxa Selic

Taxa básica de referência de operações de curtíssimo prazo envolvendo títulos públicos federais. Representa a taxa de juros *overnight*, praticada pelo mercado financeiro em operações de financiamento de títulos públicos federais.

Relacionamento com o Participante

Mesmo contando com o reconhecimento dos participantes quanto à qualidade dos serviços prestados, conforme pesquisa cujos resultados são apresentados a seguir, o aprimoramento da relação com os associados foi objeto de esforço considerável da PREVI em 2001. Dessa maneira, além das ações necessárias à manutenção da capacidade de cumprir sua missão principal – o pagamento de benefícios – a PREVI procurou aprofundar o contato com seus participantes, levando até eles novas tecnologias, informações e canais de comunicação.

Benefícios São Reajustados em 10,90%

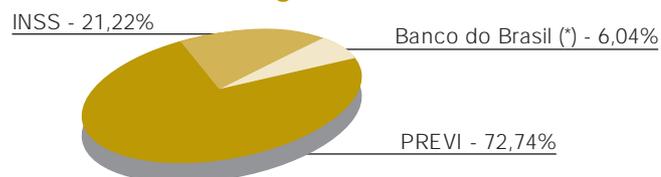
O reajuste anual das aposentadorias e pensões atingiu 10,90%, percentual correspondente à variação do IGP-DI no período compreendido entre junho de 2000 e maio de 2001. Ao longo de 2001, a PREVI realizou gastos de R\$ 2,42 bilhões com aposentadorias e pensões. No último mês do ano, foram pagos 63.716 benefícios, observando-se acréscimo de 2.265 benefícios em relação ao final do exercício anterior. Esses números demonstram o amadurecimento do Plano de Benefícios 1, com redução da entrada de contribuições e aumento simultâneo das despesas com pagamento de benefícios.

Benefícios Médios

| Complemento PREVI | Benefício Médio |
|-------------------|-----------------|
| Aposentadorias | R\$ 3.354,07 |
| Pensões | R\$ 1.983,62 |

| INSS | Benefício Médio |
|----------------|-----------------|
| Aposentadorias | R\$ 979,36 |
| Pensões | R\$ 801,47 |

Participação no Montante dos Benefícios Pagos



(*) O Banco do Brasil é responsável pelo pagamento de benefícios aos participantes fundadores da PREVI e por obrigações originadas de demandas trabalhistas, entre outros.

Atender Melhor para Facilitar a Vida do Associado

Em linha com o esforço de elevar a qualidade do atendimento a seus participantes, a PREVI decidiu ouvir o que o seu "cliente" tem a dizer, promovendo pesquisa sobre o nível de satisfação com seus produtos e serviços. A reformulação do *site*, com destaque para o módulo Auto-atendimento, e os novos serviços disponíveis na central de atendimento telefônico são resultado desse trabalho de pesquisa.

Novo Site: Informações a um Clique

Simulações de aposentadoria, saldos de reservas, de empréstimos e de financiamentos são algumas das informações que agora estão a um "clique" dos participantes. A nova opção de atendimento pela internet propiciou o descongestionamento do atendimento telefônico, beneficiando, também, aqueles que ainda não têm acesso à rede de computadores. Também estão disponíveis na internet informações sobre investimentos, normativos e orientações sobre os planos de benefícios.

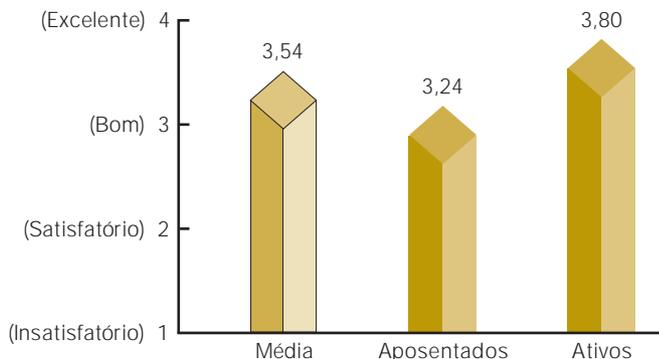
O *site* vem se transformando ainda em importante ferramenta de comunicação com o associado. Permite a realização, de forma ágil e a custo reduzido, de pesquisas para saber a opinião dos participantes sobre diversos assuntos.

Nível de Satisfação com a PREVI é Bom

Levantamento realizado com os participantes do Plano de Benefícios 1 revela que é bom o nível de satisfação dos participantes com a PREVI. O trabalho foi contratado à empresa Research International, que ouviu amostra de 850 pessoas – 488 ativos e 362 aposentados – distribuídos por 14 estados brasileiros.

Relacionamento com o Participante

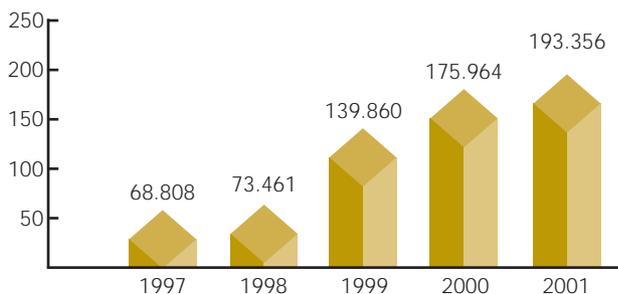
Resultado da Pesquisa de Satisfação



PREVI Atende Mais

A qualidade do atendimento ao participante foi um dos principais focos do trabalho em 2001. O expressivo número de consultas ao *site* da PREVI e a serviços telefônicos automatizados – de que são exemplos a solicitação de demonstrativo de empréstimo simples e de financiamento imobiliário para fins de imposto de renda – revelam a boa acolhida que os participantes deram a esses instrumentos e o expressivo crescimento do número de participantes atendidos. Mesmo com a introdução dessas tecnologias de suporte à comunicação com o associado, permaneceu em alta, e de forma significativa, o número de chamadas respondidas na central de atendimento – em média, foram 16.113 chamadas por mês em 2001.

Evolução do Atendimento Telefônico



Média Mensal de Consultas

| Meio | Quantidade | % |
|---|---------------|---------------|
| Site PREVI - Auto-atendimento | 21.108 | 43,62 |
| Central Telefônica (atendentes) | 16.113 | 33,30 |
| Central Telefônica (atendimento automático) | 7.063 | 14,60 |
| E-mail | 1.998 | 4,13 |
| Outros | 2.108 | 4,35 |
| Total | 48.390 | 100,00 |

Toda a Família Pode Ter Cartão PREVI

O Cartão PREVI foi estendido aos dependentes cadastrados para recebimento de pensão, que passaram a usufruir das vantagens do Clube de Benefícios. Ao final de 2001, o Clube tinha convênio com cerca de 200 lojas e empresas de prestação de serviços, o que representava 2.300 pontos de atendimento.

Mais Controle

Algumas iniciativas não são visíveis aos participantes, mas são vitais para o aprimoramento dos serviços e para a "saúde" da PREVI.

Inclusão de Tempo de INSS para 23 Mil Funcionários

Para calcular da forma mais segura possível os compromissos que tem para com os participantes, é fundamental para a PREVI conhecer o tempo durante o qual contribuíram para o INSS antes de ingressar no Banco do Brasil. Nesse contexto, a PREVI obteve do Dataprev o registro do tempo informado por empregadores ao INSS de 23 mil funcionários.

Recadastramento de Pensionistas e Aposentados

O primeiro recadastramento de pensionistas e aposentados da história da PREVI trouxe mais segurança ao pagamento de benefícios. O recadastramento foi feito por amostragem, conforme critérios estabelecidos pela PREVI. Foram recadastrados 3.106 beneficiários.

Relacionamento com o Participante

Suspensão da Cobrança do Empréstimo Simples e da Carim

A cobrança das prestações do empréstimo simples e do financiamento imobiliário foi suspensa por três meses, a partir de dezembro de 2001. A medida beneficiou cerca de 80 mil participantes, pensionistas e contribuintes externos aposentados que possuem empréstimo simples e 34 mil que têm financiamento imobiliário.

Com relação à Carim, foram realizadas 385 operações de substituição de garantia, modalidade que permite a alienação de imóvel financiado, dando-se outro imóvel em garantia do saldo devedor.

Valores dos Pecúlios São Reajustados

O reajuste atendeu demanda dos participantes, que vinham externando inquietação com relação aos valores inalterados desde outubro de 1998. A fixação dos valores dos pecúlios observou limite máximo permitido pela legislação, ou seja, 40 vezes o teto de contribuição para o INSS, que, em dezembro de 2001, era de R\$ 1.430,00.

Números da Capec

| Pecúlios | Pagamentos / 2001 |
|-------------------|-------------------|
| Pecúlio por Morte | 1.905 |
| Pecúlio Especial | 389 |
| Pecúlio Invalidez | 305 |
| Total | 2.599 |

| Valores | R\$ milhões / 2001 |
|----------|--------------------|
| Despesas | 57,21 |
| Receitas | 65,11 |

O Futuro Já Começou: PREVI Futuro

A PREVI continua a ser a melhor opção de previdência complementar para os funcionários do Banco do Brasil. Em pouco tempo, o PREVI Futuro tornou-se um dos maiores planos do País, com quase 12 mil participantes. Em 2001, a adesão ao plano continuou expressiva. Ao final do exercício, os participantes do PREVI Futuro representavam 17% dos associados em atividade.

Novo Nome

Concurso realizado com participantes do antigo Plano de Benefícios 2 resultou na escolha do novo nome do plano: PREVI Futuro. Dos 10.254 associados à época do concurso, 6.304 votaram e 3.272 optaram pelo nome escolhido.

Mais Serviços Pelo Novo Site e por Telefone

O saldo da reserva pessoal tornou-se disponível aos participantes pelo *site* da PREVI e pelo telefone 0800-21-0505. A reserva é o total das contribuições efetuadas, acrescida dos rendimentos de sua aplicação no mercado financeiro. O *site* oferece também informações sobre os tipos de pecúlios que o participante possui e os respectivos valores segurados.

Mais Benefícios

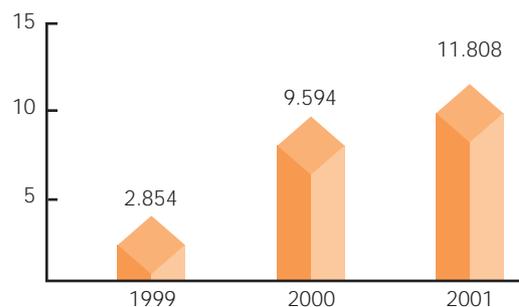
Os participantes do PREVI Futuro que têm pelo menos dois anos de filiação passaram a ter acesso ao empréstimo simples. Os valores variam de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 e podem ser pagos em até 18 meses.

Técnicos Apresentam o Plano

No decorrer do ano, técnicos da PREVI continuaram a participar dos eventos de posse de funcionários no Banco realizados em diversas capitais. Nessas ocasiões, dão boas-vindas aos novos colegas, apresentam a PREVI e explicam o funcionamento o plano PREVI Futuro.

Números do Plano PREVI Futuro

Participantes



Rentabilidade

| | 1999 | 2000 | 2001 |
|-------------------|--------|--------|--------|
| Rentabilidade (*) | 23,71% | 18,31% | 17,34% |

(*) Referente à aplicação no fundo de renda fixa do BB Maxi

Esses números já fazem do PREVI Futuro um dos maiores planos de previdência do País.

O ano de 2001 foi palco de profundas mudanças nos dispositivos legais que disciplinam a atuação dos fundos de pensão. A PREVI fez-se presente acompanhando as discussões e levando suas contribuições aos legisladores e órgãos reguladores.

Logo no início do ano, foi publicado o Decreto 3.721, o qual estabeleceu idade mínima para a aposentadoria dos participantes de fundos de pensão. Em 30 de março, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução 2.829, que trouxe nova regulamentação para os investimentos das entidades fechadas de previdência complementar.

Em 30 de maio, foram publicadas as Leis Complementares 108 e 109, resultantes da tramitação dos antigos Projetos de Lei Complementar 10 e 8, respectivamente. Essas leis, que vieram a regular comandos da Emenda Constitucional 20, de dezembro de 1998, trouxeram novo ordenamento para o sistema de previdência complementar e para o funcionamento de fundos de pensão patrocinados por órgãos e entidades da administração pública e empresas estatais.

No dia 31 de outubro, foi sancionada a Lei 10.303, que introduziu novo arcabouço regulatório para as sociedades anônimas, em substituição à Lei 6.404/76. Em face de decisões do Supremo Tribunal Federal, a tributação das entidades de previdência complementar – abertas e fechadas – foi objeto da publicação da Medida Provisória 2.222, do dia 4 de setembro, e de posteriores instruções normativas.

Decreto 3.721

Publicado em janeiro, o Decreto estabeleceu, para a aposentadoria por tempo de contribuição, a exigência da idade mínima de 55 anos. Esse piso seria gradativamente aumentado, com acréscimo de seis meses a cada ano, de modo que em 2020 a habilitação ao recebimento de benefício exigiria que o participante tivesse, no mínimo, 65 anos de idade. Diversas associações e participantes de fundos de pensão

questionaram na justiça a legalidade do Decreto. A PREVI ficou desobrigada de cumpri-lo, com base em liminar, ainda em vigor, concedida pelo MM. Juiz da 21ª Vara da Seção Judiciária do DF.

Resolução CMN 2.829

Introduziu modificações nos critérios e limites para aplicação dos recursos dos fundos de pensão, cabendo destacar:

- a instituição de limites diferenciados para investimentos em ações, de acordo com a modalidade do plano – benefício definido ou contribuição definida;
- a fixação do teto de 45% dos ativos de investimento para aplicação em ações, no caso de planos de benefício definido;
- incentivo ao direcionamento de recursos para papéis de empresas que adotam modernas práticas de governança corporativa;
- a unificação dos limites para operações com participantes – empréstimo simples e financiamento imobiliário – em 10% do total dos ativos de investimento.

A Resolução concedeu prazo até setembro de 2002 para adequação das carteiras dos fundos de pensão aos novos limites de diversificação. Em virtude da impossibilidade de atendimento desse prazo, a PREVI submeteu ao Conselho Monetário Nacional (CMN) plano de enquadramento gradual, de modo a alinhar-se às novas regras.

Leis Complementares 108 e 109

As Leis Complementares 108 e 109 trouxeram mudanças significativas para o sistema de previdência complementar. A Lei Complementar 108 disciplina o funcionamento dos fundos patrocinados por empresas estatais e demais entes públicos. Já a Lei Complementar 109 regula o sistema de previdência complementar de forma geral, atingindo tanto as entidades abertas como as fechadas. Essas leis terão diversos pontos disciplinados por decretos específicos.

A Lei Complementar 109 trouxe como principais inovações a figura do instituidor, a visão das entidades por planos de benefício, a portabilidade, o benefício proporcional diferido, e a participação obrigatória de associados nos conselhos deliberativo e fiscal das entidades fechadas. Em decorrência da nova lei:

- a previdência complementar fechada tornou-se acessível também aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores. Estes, além dos patrocinadores das entidades tradicionais, foram autorizados a criar e administrar planos de benefício;
- a segmentação contábil tornou-se imperativa, em função da correspondente necessidade de segregação dos ativos de cada plano e de caracterização das entidades em multiplanos e multipatrocinadas;
- o participante que romper o vínculo empregatício poderá migrar sua reserva matemática ou a reserva que tenha constituído para outro plano de previdência, tanto fechado quanto aberto;
- os estatutos das entidades deverão prever representação dos participantes e assistidos nos conselhos deliberativo e fiscal, assegurado a eles no mínimo um terço dos assentos desses fóruns.

A Lei Complementar 108 dispõe sobre o funcionamento das entidades fechadas patrocinadas pela União, estados, municípios, autarquias e empresas estatais e sua relação com os patrocinadores. Abrangeu principalmente os aspectos relativos à gestão, à formação e à dinâmica dos órgãos de administração e fiscalização, tendo definido:

- estrutura mínima das entidades, composta por conselho deliberativo, fiscal e diretoria executiva;
- número máximo de membros de cada um desses órgãos e regras pertinentes ao processo decisório, atribuições e mandato de seus integrantes;
- condições e qualificações exigidas para o exercício de cargos de diretoria;
- mecanismos de responsabilização de dirigentes, sujeitando pessoas físicas ou jurídicas, segundo o caso e a gravidade, a penalidades em caso de ocorrência de infrações;

- exigência de atendimento a período de "quarentena", aplicável a indivíduos que estejam deixando a condição de diretores de entidades.

No que concerne ao processo de investimentos, a Lei Complementar 108 passou a exigir de fundos de pensão com planos de benefício definido que submetam à aprovação de seu patrocinador e do respectivo ente controlador a prática de ato que possa resultar na assunção do controle de sociedades anônimas ou na participação em acordo de acionistas com essa finalidade.

A Lei fixou em um ano, a contar de 30/5/2001, o prazo para adaptação às novas regras dos estatutos das entidades por ela alcançadas.

Lei das S.A.

Sancionada em 31/10/2001, a Lei 10.303 trouxe mudanças relevantes para o mercado de capitais: ampliou a proteção aos acionistas minoritários e portadores de ações preferenciais e fortaleceu o papel da Comissão de Valores Mobiliários. Estabeleceu também mecanismos que aumentam a transparência das empresas e possibilitam maior acesso dos acionistas às decisões das companhias, permitindo assim a adoção de melhores práticas de governança corporativa. Apesar de chamada de "Nova Lei das S.A.", essa Lei não revogou as Leis 6.404 e 6.385, mas alterou artigos e acrescentou novos.

Medida Provisória 2.222

Instituiu o Regime Especial de Tributação (RET) para os fundos de pensão. O Regime estabelece em 20% a cobrança de Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações no mercado financeiro. A MP também deu aos fundos a opção do pagamento de 12% sobre o total das contribuições normais das patrocinadoras. A PREVI aderiu ao RET em dezembro.

Para enfrentar os novos desafios, a PREVI prioriza a modernização tecnológica, o desenvolvimento de mecanismos de controle e o aprimoramento de processos organizacionais. É a parte da gestão menos visível, mas fundamental para a perenidade da Instituição.

Gestão de Riscos

O projeto de gestão de riscos em desenvolvimento na PREVI experimentou progresso considerável em 2001. O objetivo do projeto é a implantação de instrumentos avançados para identificar, medir e monitorar os riscos de mercado aos quais estão expostos os ativos componentes da carteira de investimentos, bem como avaliar os riscos associados às variáveis atuariais que determinam o passivo previdenciário. A gestão de riscos também tem como base a abordagem integrada de ativos e passivos e permitirá o aprimoramento do processo de gestão e decisão de investimento.

Uma vez concluída a implementação do projeto, a PREVI disporá de modernas ferramentas de administração de sua carteira de investimentos, em linha com o fluxo de caixa requerido para pagamento de benefícios e com níveis de rentabilidade e risco considerados aceitáveis. De se notar que a decisão de implantar o projeto foi tomada pela PREVI muito antes que a regulamentação viesse a exigir essa providência dos fundos de pensão.

Controladoria

Dando continuidade à implantação da controladoria, foram disponibilizadas versões aperfeiçoadas dos seguintes instrumentos:

- Orçamento de Despesas Administrativas: para garantir melhor gerenciamento da execução orçamentária, por meio de acompanhamento detalhado e eficaz, pelas gerências, das despesas administrativas, rubricas e verbas orçamentárias;
- Rentabilidade dos Investimentos: mensuração e acompanhamento da rentabilidade da carteira de investimentos da PREVI e dos diferentes segmentos que a compõem.

Participação em Conselhos

Em 2001, a PREVI ampliou a participação em órgãos de administração e fiscalização de empresas. Em dezembro, eram 108 representantes em conselhos de administração e 75 em conselhos fiscais, abrangendo 93 empresas. Deu-se ênfase à troca de informações com os conselheiros, a fim de mantê-los atualizados com relação às mudanças da legislação, particularmente após o advento da nova Lei das S.A.

Ferramenta de Informática Facilita Atendimento

A utilização de novas tecnologias e a otimização dos processos de trabalho trouxeram maior rapidez e segurança ao atendimento. Os investimentos em informática também possibilitaram a renovação do *site* PREVI, que passou a oferecer aos participantes acesso *on line* a diversas informações e serviços no módulo Auto-atendimento.

Treinamento e Renovação do Quadro de Funcionários

Durante 2001, foram realizados 297 treinamentos com funcionários da PREVI. O novo convênio de cessão, celebrado em julho com o Banco do Brasil, estabelece a progressiva redução do número de empregados do Patrocinador à disposição da PREVI, o que levou à adoção de medidas necessárias à criação de quadro próprio de funcionários e à realização, iniciada em dezembro, de processo de recrutamento e seleção de profissionais para preenchimento de cerca de sessenta vagas.

Canal de Voz Traz Economia e Facilita a Comunicação

Todas as dependências do Banco do Brasil que possuem canal de voz foram conectadas com a Central de Atendimento da PREVI. Esse recurso tornou-se disponível também na comunicação das diversas áreas da PREVI com o Banco.

Responsabilidade Social e Ética

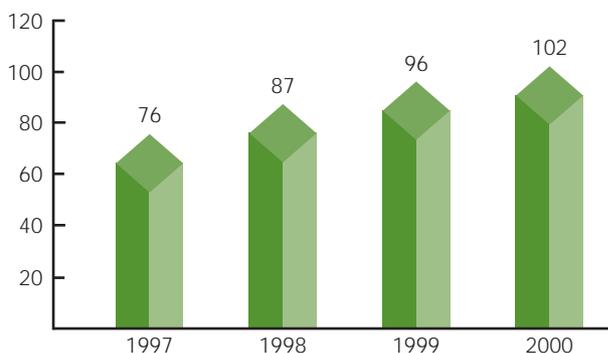
Além dos aspectos econômicos propriamente ditos, a PREVI considera, para fins de escolha de investimentos, o respeito dedicado pelas empresas aos direitos dos empregados, ao interesse nacional, ao interesse das comunidades, à preservação do meio ambiente e ao interesse dos acionistas minoritários.

Quarto Balanço Social Mostra Contribuição da PREVI à Sociedade

Pelo quarto ano consecutivo, a PREVI publicou o Balanço Social de suas participações em empresas. Uma iniciativa pioneira que vem sendo aprimorada ano a ano. Desta vez, além dos números habituais, solicitou-se às empresas informações sobre seu comportamento com relação a quatro temas: valorização da diversidade, erradicação do trabalho infantil, gerenciamento de impactos sociais e investimentos nas comunidades em que atuam.

O Balanço Social mostrou que a PREVI contribuiu para a manutenção de 52.584 empregos; recolhimento de R\$ 2,50 bilhões em impostos e contribuições; e pagamento de R\$ 2 bilhões em remuneração aos empregados, incluindo salários, benefícios, encargos e participações. Esses valores foram determinados ponderando-se números fornecidos pelas 102 empresas participantes do balanço e a participação da PREVI no respectivo capital.

Empresas Participantes do Balanço Social



Código de Ética: Regras para Todos

O Código de Ética da PREVI foi lançado em agosto. É composto por um conjunto de princípios, valores e normas, a ser observado e defendido por todos os que servem à Entidade, de forma que suas ações sejam planejadas e executadas de acordo não apenas com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia-a-dia das pessoas e das instituições. O Código de Ética constitui lastro importante para o cumprimento da missão institucional da PREVI e um guia essencial para que seus colaboradores alcancem padrões de conduta excelentes, a partir da defesa de valores tais como a competência, a responsabilidade, a lealdade, a integridade e a transparência. Todos os funcionários e dirigentes receberam um exemplar do Código de Ética, cujo conteúdo foi divulgado no *site* PREVI (www.previ.com.br/quemsomos/normativos).

Composição da Administração

Conselho Deliberativo

Paulo Edgar Trapp – Titular (Presidente)
Antônio Luiz Rios da Silva – Titular (até 29/6/2001)
Arlindo Magno de Oliveira – Titular
Azor Carneiro Pereira – Titular (a partir de 2/10/2001)
Carlos Eduardo Teixeira Freire – Titular (a partir de 02/10/2001)
José Roberto Mendes do Amaral – Titular
Leandro Martins Alves – Titular (até 27/3/2001)
Renato Luiz Belinetti Naegele – Titular
Valmir Marques Camilo – Titular
Carlos Alberto de Araújo – Suplente
Edson Atsumi Tanigaki – Suplente
Gilberto Matos Santiago – Suplente
Glaucio Cavalcante Lima – Suplente (a partir de 2/10/2001)
Jacques de Oliveira Pena – Suplente
Rubens Rodrigues Filho – Suplente
Rubens Vieira do Amaral Júnior – Suplente (até 1/10/2001)
Sueli Berselli Marinho – Suplente

Diretoria Executiva

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro – Presidente
Nélio Henriques Lima – Diretor de Administração
Gilberto Audelino Correa – Diretor de Investimentos
Sérgio Ricardo Silva Rosa – Diretor de Participações
Erik Persson – Diretor de Planejamento
Henrique Pizzolato – Diretor de Seguridade

Conselho Fiscal

Pedro Carlos de Mello – Titular (Presidente – de 11/2000 até 5/2001)
Elídia Resula Ulerich Bomfim – Titular (Presidente – a partir de 6/2001)
Fernanda Duclos Carísio – Titular
Sérgio Ricardo Lopes de Farias – Titular
Adalberto Thomaz Gangoni – Titular
Danilo de Siqueira Campos – Suplente
Luiz Oswaldo Sant'iago Moreira de Souza – Suplente
Luiz Fernando Loures de Oliveira – Suplente
Olivan de Souza Faustino – Suplente

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

R\$ mil

| Balanço Patrimonial - Exercício de 2001 | | | | | |
|---|-------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------|
| Ativo | Exercício Atual | Exercício Anterior | Passivo | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Disponível (nota 4.1) | 10 | 4.096 | Operacional (nota 5.1) | 3.427.421 | 2.292.643 |
| Realizável | 37.938.869 | 34.691.274 | Programa Previdencial | 3.410.403 | 2.285.532 |
| Programa Previdencial | 139.875 | 115.130 | Programa Assistencial | - | - |
| Programa Assistencial | - | - | Programa Administrativo | 2.640 | 2.277 |
| Programa Administrativo | 961 | 387 | Programa de Investimentos | 14.378 | 4.834 |
| Programa de Investimentos (nota 4.2) | 37.798.033 | 34.575.757 | Contingencial (nota 5.2) | 2.800.121 | 2.011.744 |
| Renda Fixa | 11.275.526 | 9.105.563 | Programa Previdencial | 248.501 | 209.720 |
| Renda Variável | 20.941.241 | 19.961.563 | Programa Assistencial | - | - |
| Investimentos Imobiliários | 2.286.099 | 2.268.742 | Programa Administrativo | 14.356 | 8.741 |
| Operações com Participantes | 3.295.166 | 3.239.889 | Programa de Investimentos | 2.537.263 | 1.793.283 |
| Permanente (nota 3.9) | 21.963 | 26.943 | Reservas Técnicas | 28.028.313 | 27.331.528 |
| Imobilizado | 9.309 | 10.705 | Reservas Matemáticas (nota 5.3) | 30.073.691 | 27.171.232 |
| Diferido | 12.654 | 16.238 | Benefícios Concedidos | 29.363.981 | 26.313.753 |
| | | | Benefícios a Conceder | 8.212.945 | 7.932.178 |
| | | | Reservas a Amortizar | (7.503.236) | (7.074.699) |
| | | | Resultado Acumulado (nota 5.4) | (2.045.377) | 160.296 |
| | | | Superávit Técnico | | 160.296 |
| | | | Reserva de Contingência | | 160.296 |
| | | | Déficit Técnico (-) | (2.045.377) | - |
| | | | Fundos (nota 5.5) | 3.704.986 | 3.086.399 |
| | | | Programa Previdencial | 3.160.080 | 2.677.064 |
| | | | Programa Administrativo | 61.492 | 50.489 |
| | | | Programa de Investimentos | 483.414 | 358.845 |
| Total | 37.960.842 | 34.722.314 | | 37.960.842 | 34.722.314 |

Luiz Tarquinio Sardinha Ferro
Presidente
CPF: 238.804.571-15

Nélio Henriques Lima
Diretor de Administração
CPF: 383.416.627-87

José Ricardo do Carmo
Contador
CRC-SP 130.823/0-S-RJ

José Angelo Rodrigues
Atuário
MIBA 937

Demonstração de Resultados e Demonstração de Fluxo Financeiro

R\$ mil

Demonstração de Resultados do Exercício de 2001

| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|--|--------------------|--------------------|
| Programa Previdencial | | |
| Receitas | 1.540.798 | 1.752.196 |
| Despesas | (3.046.860) | (2.528.556) |
| Custeio Administrativo | (35.178) | (48.753) |
| Resultado dos Investimentos Previdenciais | 2.761.185 | 2.476.091 |
| Saldo Disponível para Constituições | 1.219.945 | 1.650.978 |
| Formação/Reversão de Reservas Matemáticas | (2.902.459) | (1.862.747) |
| Formação/Reversão de Fundos | (483.016) | (2.214.912) |
| Formação/Reversão de Contingências | (40.144) | (37.031) |
| Atualização/Reversão dos Resultados de Exercícios Anteriores | - | 2.623.709 |
| Resultado do Exercício | (2.205.674) | 159.997 |
| Déficit/Superávit Técnico | (2.205.674) | 159.997 |
| Programa Administrativo | | |
| Recursos Oriundos de Outros Programas | 79.324 | 92.276 |
| Receitas | 5.110 | 5.760 |
| Despesas | (78.882) | (82.107) |
| Resultado dos Investimentos Administrativos | 11.426 | 5.166 |
| Saldo Disponível para Constituições | 16.978 | 21.095 |
| Formação/Reversão de Fundos | 11.003 | (15.038) |
| Formação/Reversão de Contingências | 5.975 | (6.058) |
| Programa de Investimentos | | |
| Renda Fixa | 1.334.458 | 843.333 |
| Receitas | 1.608.300 | 1.264.620 |
| Despesas | (273.842) | (421.287) |
| Renda Variável | 1.607.095 | 1.266.418 |
| Receitas | 19.974.113 | 8.857.012 |
| Despesas | (18.367.018) | (7.590.594) |
| Investimentos Imobiliários | 177.389 | 319.944 |
| Receitas | 350.192 | 587.420 |
| Despesas | (172.802) | (267.476) |
| Operações com Participantes | 320.328 | 206.494 |
| Receitas | 424.860 | 410.191 |
| Despesas | (104.532) | (203.697) |
| Relacionadas com o Disponível | (27.168) | (11.664) |
| Receitas | - | - |
| Despesas | (27.168) | (11.664) |
| Custeio Administrativo | (44.146) | (43.523) |
| Resultados Recebidos/Transferidos para Outros Programas | (2.772.611) | (2.481.257) |
| Saldo Disponível para Constituições | 595.345 | 99.745 |
| Formação/Reversão de Fundos | (124.569) | (23.885) |
| Formação/Reversão de Contingências | (470.776) | (75.862) |

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro
Presidente
CPF: 238.804.571-15

Nélio Henriques Lima
Diretor de Administração
CPF: 383.416.627-87

José Ricardo do Carmo
Contador
CRC-SP 130.823/0-S-RJ

José Angelo Rodrigues
Atuário
MIBA 937

Demonstração de Resultados e Demonstração de Fluxo Financeiro

R\$ mil

| Demonstração do Fluxo Financeiro do Exercício de 2001 | | |
|---|------------------|--------------------|
| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Programa Previdencial | (407.299) | 60.018 |
| Entradas | 2.624.912 | 2.618.823 |
| Saídas | (3.032.211) | (2.558.805) |
| Programa Administrativo | (69.361) | (77.568) |
| Entradas | 5.110 | 7.989 |
| Saídas | (74.472) | (85.557) |
| Programa de Investimentos | 472.574 | (33.954) |
| Renda Fixa | (835.506) | (1.676.807) |
| Renda Variável | 627.417 | 1.037.772 |
| Investimentos Imobiliários | 164.341 | (17.006) |
| Operações com Participantes | 263.737 | 260.202 |
| Relacionadas com o Disponível | (20.619) | (11.470) |
| Contingências | 273.203 | 373.355 |
| Variação nas Disponibilidades | (4.087) | (51.504) |

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro
Presidente
CPF: 238.804.571-15

Nélio Henriques Lima
Diretor de Administração
CPF: 383.416.627-87

José Ricardo do Carmo
Contador
CRC-SP 130.823/0-S-RJ

José Angelo Rodrigues
Atuário
MIBA 937

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC – e da Secretaria da Previdência Complementar – SPC.

A Entidade tem por objetivo principal conceder a seus participantes e respectivos dependentes complementação de benefícios previdenciais.

Os recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de suas patrocinadoras, essencialmente Banco do Brasil S.A., e de seus participantes, e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos.

1.2 - PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Entidade possui dois planos de benefícios que foram aprovados pelos associados por ocasião da reforma do Estatuto.

O Plano de Benefícios nº 1 funciona no modelo de benefício definido. Seu Regulamento foi aprovado por meio do Ofício nº 881 SPC/CGOF/COJ, de 23 de dezembro de 1997, da Secretaria da Previdência Complementar. Participam deste Plano aqueles que detinham a condição de associado da PREVI até aquela data.

A partir de 16/12/2000, a patrocinadora Banco do Brasil S.A. – em atendimento ao que dispõe a Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, passou a transferir para a PREVI, valor equivalente à contribuição dos participantes.

O Plano de Benefícios nº 2 é um plano misto, constituído parte por benefício definido e parte por contribuição definida. Seu Regulamento foi aprovado por meio do Ofício nº 422 SPC/CGOF/COJ, de 10 de junho de 1998, da Secretaria da Previdência Complementar.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A PREVI apresenta suas Demonstrações Contábeis de acordo com norma específica aplicável às entidades fechadas de previdência privada, implementada por meio da Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998, com as alterações que lhe foram introduzidas em 17/2/1999 e 17/12/1999. Os valores são apresentados em milhares de reais e eventuais divergências no somatório de alguns quadros decorrem de arredondamentos automáticos feitos pelos sistemas.

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

3.1 - A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a segregação dos registros contábeis em programas distintos, segundo a natureza e a finalidade das transações, compreendendo programa-fim (previdencial) e programas-meio (administrativo e de investimentos). O fluxo de recursos nas contas de resultados, envolvendo cobranças e repasses entre os mesmos, é efetuado por meio de contas de transferências interprogramas.

3.2 - Os componentes da demonstração de resultado são ajustados e complementados considerando os encargos referentes à depreciação e amortização, apurados em registros auxiliares, conforme legislação em vigor.

3.3 - Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas nos respectivos programas – previdencial, administrativo e de investimentos. Nos programas previdencial e administrativo as entradas e saídas são apresentadas em separado, ao passo que no programa de investimentos são apresentadas por subgrupo.

3.4 - Exceto pelas receitas de dividendos e de bonificações, em dinheiro, provenientes de investimentos em ações que são escrituradas pelo regime de caixa, as demais receitas e despesas são lançadas pelo regime de competência.

3.5 - Os títulos e valores mobiliários, com exceção das ações, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

3.6 - Os ágios e deságios ocorridos por ocasião da aquisição de títulos foram corrigidos e amortizados mensalmente à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

3.7 - As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação média das ações na data mais próxima à do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, dos dois o menor.

A seguir, são discriminadas as ações que não foram negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado nos últimos seis meses:

Notas Explicativas

| Empresas | Espécie/Tipo | R\$ mil |
|-------------------------------------|--------------|------------------|
| Açominas | ON | - |
| Capitalpart | ON | 7 |
| Celpe | ON | - |
| Ferrobán | ON | 1.994 |
| Ferrobán | PN | 1.125 |
| Ferropasa | ON | 77.014 |
| Ferropasa | PN | 36.919 |
| Gazeta Mercantil | PN | 210 |
| Guaraniana | ON | 745.903 |
| Inepar | ON | 24.334 |
| Invitel | ON | 146.020 |
| La Fonte Participações | ON | 27.099 |
| La Fonte Telecomunicações | ON | 31.190 |
| Litel Participações | ON | - |
| Newtel Participações | ON | 126.483 |
| Parque Temático | ON | 5.244 |
| Parque Temático | PN | 9.772 |
| Recrusul | ON | - |
| Santos Brasil | ON | 14.849 |
| Sauípe | ON | 140 |
| Sauípe | PN | 438 |
| Teka | ON | - |
| Terminais Portuários Ponta do Félix | ON | 14.985 |
| Terminais Portuários Ponta do Félix | ONR | 4.964 |
| Terminais Portuários Ponta do Félix | PNA | 15.989 |
| Terminais Portuários Ponta do Félix | PNK | 11.539 |
| Terminais Portuários Ponta do Félix | PNR | 9.426 |
| Tigre | ON | 122.246 |
| Total | | 1.427.890 |

3.8 - Os investimentos imobiliários estão registrados ao custo de aquisição reavaliado. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixadas nos laudos de avaliação.

As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

As quotas de participação em shopping centers apresentam-se ao custo de aquisição e estão amortizadas à taxa de 2% ao ano.

3.9 - Os bens que constituem o Permanente – Imobilizado estão devidamente corrigidos pela variação da Ufir, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens, conforme a seguir:

| | Percentual ao ano |
|----------------------------|-------------------|
| Móveis e utensílios | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 10% |
| Veículos | 20% |
| Computadores e periféricos | 20% |

Os gastos com software são amortizados à taxa de 20% ao ano. No Ativo Permanente – Diferido estão registrados os seguintes gastos:

- a) Plano Diretor de Informática –PDI. O mesmo está sendo amortizado à taxa de 20% ao ano;
- b) Projeto Controladoria e Arquitetura Organizacional no valor de R\$ 2.804 mil (R\$ 2.575 mil, em 2000). Estes gastos serão amortizados à taxa de 10% ao ano, quando a entidade passar a usufruir os benefícios decorrentes destas aplicações.

3.10 - O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinado com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

3.11 - Com vistas a cobrir possíveis perdas dos investimentos realizados pela Entidade, constituiu-se provisão para devedores duvidosos no valor de R\$ 1.067.295 mil (R\$ 891.695 mil, em 2000), com base nos seguintes critérios:

- a) Renda Fixa – Valores não recebidos relativos a juros, correção monetária e principal de debêntures de empresas (R\$ 323.694 mil – 2,79% da carteira);
- b) Renda Variável – Valor contábil das ações de empresas concordatárias e em processo de falência (R\$ 41.593 mil – 0,20% da carteira);
- c) Investimentos Imobiliários – aluguéis e encargos a receber com atraso superior a 90 dias (R\$ 153.364 mil);
- d) Operações com Participantes – Empréstimos simples – Prestações com atraso superior a 30 dias (R\$ 3.303 mil – 0,46% da carteira);
- e) Financiamentos Imobiliários – Prestações com atraso superior a 90 dias e também, conforme mencionado nas notas 4.2.1 e 5.2.3, as provisões para os saldos devedores cujas prestações estão vencidas há mais de 90 dias (R\$ 545.340 mil – 17,43% da carteira).

4 - ATIVO

4.1 - DISPONÍVEL

Em 2000, no Ativo Disponível, constava saldo no valor de R\$ 4.087 mil destinado à construção do Complexo Turístico Sauípe, sendo que estes recursos foram totalmente utilizados até junho de 2001.

4.2 - ATIVO - REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

4.2.1 - Em 31 de dezembro, a entidade possuía os seguintes investimentos em garantia das reservas técnicas:

Notas Explicativas

| | R\$ mil | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 2001 | 2000 |
| Renda Fixa | 11.275.526 | 9.105.563 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 151.169 | 128.639 |
| Quotas de Fundos de Investimento Financeiro – Renda Fixa | 11.019.795 | 8.895.241 |
| Debêntures Conversíveis – Títulos de Empresas | 11.015 | 10.571 |
| Debêntures não Conversíveis – Títulos de Empresas | 93.548 | 71.112 |
| Renda Variável | 20.941.241 | 19.961.563 |
| Mercado à Vista | 13.439.957 | 14.239.455 |
| Resgatáveis | 11.539 | 9.960 |
| Bônus de Subscrição de Ações | 172.088 | 122.899 |
| Quotas de Fundos de Ações | 7.253.594 | 5.501.962 |
| Fundos de Investimento Imobiliário | 46.752 | 43.499 |
| Quotas de Fundos de Empresas Emergentes | 3.663 | 2.987 |
| Debêntures não Conversíveis com Participação nos Lucros | 13.648 | 40.801 |
| Investimentos Imobiliários | 2.286.099 | 2.268.742 |
| Terrenos | 1.150 | 1.150 |
| Imóveis em Construção | 120.150 | 416.683 |
| Edificações para Uso Próprio | 38.810 | 35.015 |
| Edificações Locadas à Patrocinadora | 56.034 | 57.967 |
| Edificações para Renda | 1.174.504 | 1.139.411 |
| Investimentos em Shopping Center | 492.521 | 483.053 |
| Investimentos em Complexo Hoteleiro | 369.966 | 98.979 |
| Investimentos em Complexo Hospitalar | 29.552 | - |
| Investimentos em Complexo de Entretenimento | 2.822 | 35.382 |
| Alienações de Imóveis | 591 | 1.102 |
| Operações com Participantes | 3.295.166 | 3.239.889 |
| Empréstimos | 711.024 | 678.117 |
| Financiamentos Imobiliários | 2.584.143 | 2.561.772 |
| Ativo Realizável de Investimentos | 37.798.033 | 34.575.757 |
| (-) Passivo Operacional de Investimentos | (14.378) | (4.834) |
| Ativo de Investimentos – Líquido | 37.783.654 | 34.570.923 |

O saldo de Operações com Participantes – Financiamentos Imobiliários está deduzido das provisões referentes a saldos devedores com três ou mais parcelas vencidas, no valor de R\$ 440.091 mil, anteriormente classificadas no passivo contingencial. Devido à mudança de critério o valor referente ao exercício de 2000 foi ajustado em R\$ 399.236 mil nas demonstrações contábeis para efeitos de comparação.

4.2.2 - Do valor aplicado em "Quotas de Fundos de Investimento Financeiro – Renda Fixa", R\$ 42.673 mil referem-se aos recursos garantidores do Plano de Benefícios nº 2 (R\$ 18.010 mil, em 2000).

4.2.3 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A Entidade efetuou em 2001, com base em laudos de peritos independentes, a reavaliação de 17 imóveis, em consonância com a Resolução CMN nº 2.829, de 30 de março de 2001 e de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Essa reavaliação provocou aumento líquido de R\$ 6.686 mil no valor da Carteira Imobiliária. Apresentamos a seguir os efeitos produzidos em cada categoria:

| Categoria | R\$ mil | | |
|---|----------------------|----------------|--------------|
| | Valor de Reavaliação | Valor Anterior | Ajuste |
| Edificações para uso próprio | 39.548 | 34.587 | 4.961 |
| Edificações locadas à Patrocinadora | 919 | 661 | 258 |
| Edificações para renda | 153.126 | 121.620 | 31.506 |
| Investimento em Complexo Entretenimento | 3.142 | 33.181 | (30.039) |
| Total | 196.735 | 190.049 | 6.686 |

O ajuste nos investimentos em Complexo de Entretenimento refere-se à avaliação do empreendimento Magik Park.

4.2.4 - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações com participantes correspondem a empréstimos simples e a financiamentos imobiliários, e seus saldos incluem principal, atualização monetária e juros até a data do balanço.

Conforme mencionado na nota 4.2.2, o saldo de Operações com Participantes – Financiamentos Imobiliários está deduzido das provisões referentes a saldos devedores com três ou mais parcelas vencidas, no valor de R\$ 440.091 mil, anteriormente classificadas no passivo contingencial. Devido à mudança de critério o valor referente ao exercício de 2000 foi ajustado em R\$ 399.236 mil, nas demonstrações contábeis, para efeito de comparação.

| | R\$ mil | |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| | 2001 | 2000 |
| Empréstimos | 711.024 | 678.117 |
| Financiamentos Imobiliários | 2.584.143 | 2.561.772 |
| Total | 3.295.166 | 3.239.889 |

O resultado das operações com participantes está assim demonstrado:

| | R\$ mil | |
|------------------------------------|---------------|----------------|
| | 2001 | 2000 |
| Empréstimos | 95.248 | 87.764 |
| Receitas | 118.881 | 111.867 |
| Despesas | (5.828) | (6.334) |
| Formação de Fundos | (7.952) | (6.852) |
| Contingências | (9.853) | (10.917) |
| Financiamentos Imobiliários | 76.878 | 133.137 |
| Receitas | 305.979 | 298.324 |
| Despesas | (98.703) | (197.362) |
| Formação de Fundos | (116.617) | (17.033) |
| Contingências/Reversão | (13.780) | 49.208 |

As provisões referentes a saldos devedores de financiamentos imobiliários com três ou mais parcelas vencidas, no valor de R\$ 15.734 mil, foram reclassificadas de provisões contingenciais para despesas com provisão para devedores duvidosos. Devido à mudança de critério o valor referente ao exercício de 2000 foi ajustado em R\$ 70.961 mil, nas demonstrações contábeis, para efeito de comparação.

4.2.5 - RELACIONAMENTO COM A PATROCINADORA

O Banco do Brasil S.A. é a principal patrocinadora e contribuinte da Entidade, à qual assegura a manutenção de seus planos de benefícios. Durante os exercícios de 2001 e de 2000, a Entidade efetuou diversas operações no mercado financeiro com o Banco e com sua empresa subsidiária BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., as quais procedem de suas atividades normais.

O Banco do Brasil S.A. é responsável pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições.

5 - PASSIVO

5.1 - PASSIVO OPERACIONAL

Na rubrica Receitas Futuras, inserida no programa previdencial, estão contabilizadas as contribuições amortizantes antecipadas, previstas no contrato firmado pela PREVI e o Banco do Brasil S.A., em 24 de dezembro de 1997, e aditado em 9/2/1998. Essas contribuições somente serão contabilizadas como receitas do programa previdencial em exercícios subsequentes, quando da sua realização, em obediência ao princípio contábil da competência.

Em 31/12/2001, o saldo das contribuições amortizantes antecipadas era de R\$ 3.264.285 mil (R\$ 2.180.171 mil, em 2000). Essas contribuições são atualizadas mensalmente pelo IGP-DI mais 6% a.a.

5.2 - PASSIVO CONTINGENCIAL

5.2.1 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS

A PREVI, em vista da incidência criada pelo artigo 12 da Lei 9.532/97, vem provisionando Imposto de Renda na Fonte dos rendimentos auferidos nas aplicações no mercado financeiro, sobre fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1998.

O recolhimento do imposto não é efetuado, em virtude de sua exigibilidade encontrar-se suspensa por força da liminar concedida em mandado de segurança coletivo impetrado pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada – ABRAPP (8ª Vara Federal de Brasília).

A partir de 1999, vêm sendo constituídas as seguintes provisões:

- Imposto de Renda sobre operações de mútuo com participantes;
- Imposto de Renda sobre juros sobre capital próprio recebidos a partir de 1998;
- PIS e COFINS a partir de fevereiro de 1999.

Em 1999, com complemento em 2000, a Entidade constituiu provisão para Imposto de Renda sobre dividendos recebidos relativos a resultados apurados em empresas participadas – período de 1/1/1994 a 31/12/1995.

Durante o exercício de 2001, foram lançadas novas provisões em decorrência de autuações sofridas pela PREVI:

- Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos de aplicações de renda fixa no ano de 1997;
- PIS – junho de 1994 a janeiro de 1999, inclusive, cuja base de cálculo era a "receita bruta operacional".

Em 28/12/2001, a PREVI aderiu ao Regime Especial de Tributação – RET, previsto no artigo 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 4/9/2001, relativamente à tributação do Imposto de Renda sobre fatos geradores ocorridos a partir de 1/9/2001.

Em seu artigo 5º, a MP 2.222 facultou a adesão à anistia dos tributos federais, representados pelo Imposto de Renda, PIS e COFINS e Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Notas Explicativas

A anistia consiste no pagamento integral ou no parcelamento em seis vezes, a primeira com vencimento em 31/1/2002, sem incidência de multas, juros e atualização monetária, dos tributos federais cujos fatos geradores ocorreram até 31/8/2001.

A PREVI não aderiu à anistia prevista no artigo 5º da MP 2.222, uma vez que, no decorrer das discussões sobre a matéria, veio a receber cópia de decisão datada de 31/1/2002, proferida pelo MM. Juiz de Direito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Doutor Tourinho Neto, em Agravo de Instrumento impetrado nos autos da ação cautelar inominada movida pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo contra a União Federal e a PREVI, em que aquele Sindicato buscou obter liminar no sentido de que fosse determinado à PREVI que se abstinisse de aderir à anistia com desistência das ações fiscais em curso. Negada a liminar pelo juízo de primeira instância, e tendo o Sindicato interposto Agravo de Instrumento, este foi recebido no efeito suspensivo pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que assim se pronunciou:

" Para evitar o imediato recolhimento da quantia de R\$ 1,7 bilhão de reais, ou o recolhimento parcelado, o que causaria um dano praticamente irreversível para a PREVI, suspendo, provisoriamente, a decisão agravada até a apresentação das informações e da contraminuta, quando apreciarei o pedido de liminar."

Conforme parecer da Assessoria Jurídica da PREVI fica, assim, suspensa a fluência de prazo para a opção à anistia.

5.2.2 - DEMAIS CONTINGÊNCIAS

Estão registradas nos programas previdencial e administrativo as provisões para atender as demandas judiciais em andamento.

No programa de investimentos, além das provisões mencionadas na nota 5.2.1, estão constituídas provisões para outras contingências, tais como, os valores para atender a equalização dos saldos devedores dos financiamentos imobiliários.

5.2.3 - CONTINGÊNCIAS – COMPOSIÇÃO

| | R\$ mil | |
|--|------------------|------------------|
| | 2001 | 2000 |
| Programa Previdencial | 248.501 | 209.720 |
| Processos judiciais | 248.501 | 209.720 |
| Programa Administrativo | 14.356 | 8.741 |
| PIS/COFINS | 14.356 | 8.741 |
| Programa de Investimentos | 2.537.263 | 1.793.283 |
| Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações financeiras em renda fixa | 1.492.549 | 1.081.786 |
| Imposto de Renda sobre os rendimentos das aplicações financeiras em renda variável | 633.845 | 492.918 |
| Imposto de Renda sobre os rendimentos das operações com participantes | 155.552 | 106.798 |
| Contingências Fiscais – PIS | 167.724 | - |
| Investimentos Imobiliários | 7.622 | 6.689 |
| Financiamentos Imobiliários | 79.971 | 105.092 |
| Total | 2.800.121 | 2.011.743 |

As provisões para contingências de financiamentos imobiliários, referentes a saldos devedores com três ou mais parcelas vencidas, no valor de R\$ 440.091 mil, foram reclassificadas como redutoras do ativo respectivo. Devido à mudança de critério, o valor constante do exercício de 2000 (R\$ 399.236 mil) também foi reclassificado nas demonstrações para efeito de comparação.

5.3 - RESERVAS MATEMÁTICAS

As reservas matemáticas foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado da Diretoria de Seguridade da PREVI, conforme parecer datado de 27/2/2002 e sua composição encontra-se demonstrada em consonância com a Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998.

As avaliações atuariais, consignadas nas demonstrações contábeis, para os planos de benefícios nº 1 e nº 2 foram realizadas com base nos dados cadastrais do mês de dezembro de 2001.

5.3.1 - RESERVAS MATEMÁTICAS - CONSOLIDADAS - PLANOS 1 e 2

| | R\$ mil | |
|--|--------------------|--------------------|
| Reservas Matemáticas (Planos 1 e 2) | 2001 | 2000 |
| Benefícios Concedidos | 29.363.981 | 26.313.753 |
| Benefícios do Plano | 31.224.467 | 27.998.969 |
| Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios (-) | (1.860.486) | (1.685.215) |
| Benefícios a Conceder | 8.212.945 | 7.932.178 |
| Benefícios do Plano com a Geração Atual | 10.270.973 | 10.092.520 |
| Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual (-) | (717.005) | (707.016) |
| Outras Contribuições da Geração Atual (-) | (1.341.023) | (1.453.326) |
| Reservas a Amortizar (-) | (7.503.236) | (7.074.699) |
| Pelas Contribuições Especiais Vigentes (-) | (7.503.236) | (7.074.699) |
| Total | 30.073.691 | 27.171.232 |

Notas Explicativas

As mutações das reservas matemáticas estão demonstradas como segue:

| | Benefícios Concedidos | Benefícios a Conceder | Reservas a Amortizar | R\$ mil Total |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------|
| Saldos em 1 de janeiro de 2000 | 22.389.681 | 9.341.028 | (6.422.224) | 25.308.485 |
| Apropriação ao resultado | 3.924.072 | (1.408.850) | (652.475) | 1.862.747 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2000 | 26.313.753 | 7.932.178 | (7.074.699) | 27.171.232 |
| Apropriação ao resultado | 3.050.228 | 280.767 | (428.537) | 2.902.458 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2001 | 29.363.981 | 8.212.945 | (7.503.236) | 30.073.690 |

5.3.2 - RESERVAS MATEMÁTICAS – PLANO DE BENEFÍCIOS Nº 1

| | R\$ mil | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2001 | 2000 |
| Benefícios Concedidos | 29.363.835 | 26.313.628 |
| Benefícios do Plano | 31.224.321 | 27.998.843 |
| Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios (-) | (1.860.486) | (1.685.215) |
| Benefícios a Conceder | 8.171.872 | 7.914.455 |
| Benefícios do Plano com a Geração Atual | 10.200.460 | 10.027.644 |
| Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual (-) | (717.005) | (707.016) |
| Outras Contribuições da Geração Atual (-) | (1.311.583) | (1.406.173) |
| Reservas a Amortizar (-) | (7.503.236) | (7.074.699) |
| Pelas Contribuições Especiais Vigentes (-) | (7.503.236) | (7.074.699) |
| Total | 30.032.471 | 27.153.383 |

Esses valores foram obtidos considerando o seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos – 3% incidentes sobre o salário de participação para a Entidade, acrescidos de 2% incidentes sobre a parte deste salário de participação que ultrapasse a 50% da Parcela PREVI, mais 8% incidentes sobre a parte deste salário que ultrapasse a referida Parcela.

Participantes Assistidos – 8% do valor do complemento de aposentadoria.

Patrocinadoras – valor idêntico ao das contribuições feitas pelos participantes.

Além dessas contribuições, o plano de custeio dos benefícios da Entidade prevê, na forma do contrato firmado em 24 de dezembro de 1997 com a patrocinadora (Banco do Brasil S.A.), que esta verá contribuições especiais, e que a contribuição mensal será equivalente ao total das despesas com complementos de aposentadorias pagos a beneficiários que tomaram posse no Banco do Brasil S.A. até 14/4/1967 e aposentados posteriormente a esta data, sendo parte contabilizada como "Contribuição Amortizante Ordinária" (53,6883529% do total das despesas) e o restante como "Contribuição Amortizante Antecipada".

5.3.3 - RESERVAS MATEMÁTICAS – PLANO DE BENEFÍCIOS Nº 2

| | R\$ mil | |
|--|---------------|---------------|
| | 2001 | 2000 |
| Benefícios Concedidos | 146 | 126 |
| Benefícios do Plano | 146 | 126 |
| Benefícios a Conceder | 41.073 | 17.723 |
| Benefícios do Plano com a Geração Atual | 70.513 | 64.876 |
| Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual (-) | - | - |
| Outras Contribuições da Geração Atual (-) | (29.440) | (47.153) |
| Total | 41.220 | 17.849 |

Esses valores foram obtidos considerando o seguinte plano de custeio:

| Parte I - Benefício Definido | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|-------------------------|
| Contribuição do Participante | Contribuição da Patrocinadora | Caráter da Contribuição |
| 1,031% do salário-de-participação | Mesmo percentual | Obrigatório |

| Parte II - Contribuição Definida | | |
|---|-------------------------------|-------------------------|
| Contribuição do Participante | Contribuição da Patrocinadora | Caráter da Contribuição |
| Sub-parte A | | |
| 7% do salário-de-participação menos a contribuição da Parte I | Mesmo percentual | Obrigatório |

Notas Explicativas

Continuação

| Contribuição do Participante | Contribuição da Patrocinadora | Caráter da Contribuição |
|--|--|-------------------------|
| Sub-parte B | | |
| Percentual do salário de participação, escolhido livremente pelo participante, cujo teto, limitado a 10%, é estipulado pela pontuação obtida em função da comparação entre três fatores: <ul style="list-style-type: none"> • Salário-de-participação dos participantes • Crescimento salarial médio anual dos funcionários vinculados ao Plano • Tempo de filiação à PREVI | Mesmo percentual | Facultativo |
| Sub-parte C | | |
| Contribuição opcional equivalente a, no mínimo, 2% do salário-de-participação | A patrocinadora pode contribuir com valores não vinculados aos dos participantes | Facultativo |

5.4 - RESULTADO ACUMULADO – PLANOS 1 e 2

O resultado acumulado no período encontra-se discriminado conforme quadro abaixo.

| | 2001 | 2000 |
|---------------------------------|--------------------|----------------|
| Até o Exercício Anterior | 160.296 | 299 |
| Superávit Técnico | | |
| Reserva de Contingência | | |
| Resultado Plano 1 | 160.641 | - |
| Resultado Plano 2 | - | 299 |
| Déficit Técnico (-) | | |
| Resultado Plano 2 | (344) | - |
| No Exercício Atual | (2.205.674) | 159.997 |
| Superávit Técnico | | |
| Reserva de Contingência | | |
| Resultado Plano 1 | - | 160.641 |
| Resultado Plano 2 | 689 | - |
| Déficit Técnico (-) | | |
| Resultado Plano 1 | (2.206.363) | - |
| Resultado Plano 2 | - | (644) |
| Acumulado – Consolidado | (2.045.377) | 160.296 |

5.5 - FUNDOS

| Fundos | R\$ mil | | | Total |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|----------------|
| | Programa Previdencial | Programa Administrativo | Programa de Investimentos | |
| Saldos em 1/1/2000 | 462.153 | 35.451 | 334.960 | 832.564 |
| Formação de fundos | 2.214.911 | 15.038 | 23.885 | 2.253.834 |
| Saldos em 31/12/2000 | 2.677.064 | 50.489 | 358.845 | 3.086.398 |
| Formação de fundos | 483.016 | 11.003 | 124.569 | 618.588 |
| Saldos em 31/12/2001 | 3.160.080 | 61.492 | 483.414 | 3.704.986 |

5.5.1 - PROGRAMA PREVIDENCIAL

| | R\$ mil | |
|--|------------------|------------------|
| | 2001 | 2000 |
| Programa Previdencial | 3.160.080 | 2.677.064 |
| Fundo Paridade – | | |
| Parcela de Contribuintes BB | 426.578 | 364.532 |
| Fundo Paridade – | | |
| Parcela de Outros Contribuintes | 74.299 | 63.493 |
| Fundo da Carteira de Pecúlios (Capec) | 55.951 | 39.145 |
| Fundo de Quitação | | |
| por Morte sobre Adiantamentos | - | 33 |
| Fundo Paridade – Patrocinadora BB – Liminar 13ª Vara Federal | 2.603.252 | 2.209.863 |

Os saldos das rubricas Fundo Paridade – Parcela de Contribuintes BB e Fundo Paridade – Parcela de Outros Contribuintes registram o saldo remanescente, em 15/12/2000, das reservas de contingências de exercícios anteriores, que, após implantada a paridade, foi transferido conforme recomendado no parecer atuarial. Esses valores vêm sendo corrigidos pela variação do IGP-DI mais 6% a.a.

O saldo de R\$ 2.603.252 mil (R\$ 2.209.863 mil, em 2000) da rubrica Fundo Paridade – Patrocinadora BB – Liminar 13ª Vara Federal registra o valor remanescente, em 15/12/2000, das reservas de contingências, em nome da patrocinadora Banco do Brasil – até decisão final sobre a liminar concedida pelo MM. Juiz da 13ª Vara do Distrito Federal, no Mandado de Segurança nº 2001.34.00.011014-3, impetrado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, e mantida em liminar concedida pelo MM. Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Mandado de Segurança nº 2001.01.00.021482-7/DF.

Esses valores são atualizados pela variação do IGP-DI mais 6% a.a.

5.5.2 - PROGRAMA ADMINISTRATIVO

O fundo do programa administrativo é constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas do programa e destina-se a cobrir eventuais gastos excedentes ao plano de custeio administrativo da Entidade.

O fundo administrativo deve possuir saldo, no mínimo, equivalente ao valor registrado no Ativo – Permanente.

Notas Explicativas

| | R\$ mil | |
|---|---------------|---------------|
| | 2001 | 2000 |
| Programa Administrativo | 61.492 | 50.489 |
| Fundo de Garantia de Custeio Administrativo | 61.492 | 50.489 |
| Disponível | 39.529 | 23.546 |
| Permanente | 21.963 | 26.943 |

5.5.3 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

O fundo do programa de investimentos é constituído de percentual das prestações do empréstimo simples e do financiamento imobiliário. Destina-se à quitação dessas operações em caso de morte do associado, assim como de resíduos que porventura existam após o prazo contratual (de, no máximo, 240 meses, prorrogáveis por até 120 meses) dos financiamentos imobiliários.

| | R\$ mil | |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| | 2001 | 2000 |
| Programa de Investimentos | 483.413 | 358.845 |
| Fundo de Empréstimos | 26.778 | 18.827 |
| Fundo de Financiamentos | 456.635 | 340.018 |

6 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

6.1 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Nos programas previdencial e de investimentos o item "Custeio Administrativo" representa os valores transferidos ao programa administrativo para a cobertura de custos administrativos daqueles programas.

No programa administrativo o item "Recursos Oriundos de Outros Programas" representa as transferências acima mencionadas.

As despesas administrativas em 2001, em relação às receitas previdenciais, representaram 5,18% e 6,82% para a administração previdencial e de investimentos, respectivamente.

Conforme mencionado na nota 3.10, as despesas administrativas das áreas vinculadas à administração central não relacionadas com um programa específico, foram alocadas, no primeiro semestre de 2001, 50% para administração previdencial e 50% para administração dos investimentos. A partir de julho, com a implantação de novos critérios de rateio (aprovados pela Diretoria Executiva), aproximadamente 65% dessas despesas foram alocadas para a administração dos investimentos e 35% para a administração previdencial.

6.2 - RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Nos programas previdencial e administrativo, o item "Resultado dos Investimentos" representa os valores transferidos do programa de investimentos para os programas previdencial e administrativo, a título de remuneração das aplicações dos respectivos programas.

No programa de investimentos, o item "Resultados Transferidos para Outros Programas" representa a soma das transferências acima mencionadas, incluída a remuneração da Carteira de Pecúlios – Capec (nota 9.2).

6.3 - CONTINGÊNCIAS

Com o advento da Portaria MPAS nº 4.858/98, a partir de 1999 as provisões do Imposto de Renda passaram a ser contabilizadas como despesas diretas do investimento e somente os acréscimos legais são tratados como despesas contingenciais.

7 - FLUXO DE RECURSOS DO PROGRAMA PREVIDENCIAL

A Contribuição Amortizante Antecipada, prevista no contrato firmado entre a PREVI e o Banco do Brasil S.A., em 24 de dezembro de 1997, conforme explicitada na nota 5.1, somente será apropriada como receita do programa previdencial em exercícios subsequentes, em obediência ao regime contábil da competência.

Pelo regime de caixa, essa contribuição sensibiliza mensalmente o fluxo financeiro do programa previdencial.

A seguir, demonstramos a movimentação financeira do programa previdencial:

| | R\$ mil | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2001 | 2000 |
| Entradas | 2.202.704 | 2.309.858 |
| Contribuições | | |
| Patrocinadoras | 1.778.335 | 1.911.903 |
| Contribuições Normais | 344.206 | 628.976 |
| Contribuições Amortizantes Efetivas | 769.960 | 688.782 |
| Contribuições Amortizantes Antecipadas | 664.169 | 594.145 |
| Participantes | 359.259 | 346.013 |
| Contribuições para Capec | 65.110 | 51.942 |
| Saídas | (2.610.003) | (2.249.839) |
| Aposentadorias | (2.120.829) | (1.838.090) |
| Pensões | (307.430) | (261.694) |
| Pecúlios | (57.212) | (54.975) |
| Devolução de Reservas | (73.463) | (62.554) |
| Demais pagamentos | (51.068) | (32.526) |
| Saldo | (407.299) | 60.018 |

8 - PLANO DE BENEFÍCIOS Nº 2

O Plano de Benefícios nº 2, instituído pelo Banco do Brasil e pela PREVI para os funcionários que ingressaram no Banco a partir de 24 de dezembro de 1997, está assim demonstrado:



Notas Explicativas

8.1 - BALANÇO PATRIMONIAL – PLANO 2

| Ativo | | | Passivo | R\$ mil | |
|----------------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|
| | 2001 | 2000 | | 2001 | 2000 |
| Realizável | 42.712 | 18.010 | Contingencial | 1.148 | 505 |
| Programa de Investimentos | | | Programa de Investimentos | | |
| Renda Fixa | | | Contingências Fiscais | | |
| Quotas Fundos Invest. Financeiro | 42.673 | 18.010 | Imposto de Renda | 1.148 | 505 |
| Operações com Participantes | | | Reservas Técnicas | 41.564 | 17.505 |
| Empréstimo Simples | 38 | - | Reservas Matemáticas | | |
| | | | Benefícios Concedidos | 146 | 126 |
| | | | Benefícios a Conceder | 41.073 | 17.723 |
| | | | Resultado Acumulado | | |
| | | | Superávit/Déficit Técnico | | |
| | | | Reserva de Contingência | 344 | (344) |
| Total | 42.712 | 18.010 | Total | 42.712 | 18.010 |

8.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – PLANO 2

| | R\$ mil | |
|---|---------------|---------------|
| | 2001 | 2000 |
| Programa Previdencial | | |
| Receitas | 21.892 | 11.691 |
| Despesas | (724) | (298) |
| Custeio Administrativo | (1.094) | (585) |
| Resultado dos Investimentos Previdenciais | 3.985 | 1.296 |
| Saldo Disponível Para Constituições | 24.060 | 12.104 |
| Formação de Reservas Matemáticas | (23.371) | (12.748) |
| Resultado do Exercício | 689 | (644) |
| Superávit/Déficit Técnico | 689 | (644) |
| Programa Administrativo | | |
| Recursos Oriundos de Outros Programas | 1.094 | 586 |
| Saldo Disponível Para Constituições | 1.094 | 586 |
| Formação de Fundos | (1.094) | (586) |
| Programa de Investimentos | | |
| Renda Fixa | 4.173 | 1.353 |
| Receitas | 4.696 | 1.691 |
| Despesas | (522) | (338) |
| Relacionadas com o Disponível | (68) | (34) |
| Despesas | (68) | (34) |
| Resultados Transferidos para Outros Programas | 3.985 | 1.296 |
| Saldo Disponível para Constituições | 120 | 24 |
| Formação de Contingências | (120) | (24) |

9 - CARTEIRA DE PECÚLIOS

A Carteira de Pecúlios (Capec) executa, sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento ou invalidez permanente, mantidos com contribuição específica dos seus participantes.

As reservas dos planos de pecúlios são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e pensões, apesar de contabilizadas no programa previdencial da Entidade.

Em junho de 2001, por decisão da Diretoria Executiva, foram majoradas as importâncias seguradas e os prêmios da Capec.

Notas Explicativas

9.1 - BALANÇO PATRIMONIAL – CAPEC

| Ativo | | | Passivo | R\$ mil | |
|-----------------------------|---------------|---------------|-------------------------------|---------------|---------------|
| | 2001 | 2000 | | 2001 | 2000 |
| Realizável | 70.740 | 53.102 | Operacional | 14.790 | 13.957 |
| Programa Previdencial | | | Programa Previdencial | | |
| Contribuições de Associados | - | - | Pecúlios a Pagar | 14.773 | 13.941 |
| Recursos Repassados à PREVI | 70.740 | 53.102 | Provisão – Demandas Judiciais | 17 | 17 |
| | | | Fundos | 55.951 | 39.145 |
| | | | Programa Previdencial | | |
| | | | Fundo Capec | 55.951 | 39.145 |
| Total | 70.740 | 53.102 | Total | 70.740 | 53.102 |

9.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – CAPEC

| | R\$ mil | |
|---|---------------|----------------|
| | 2001 | 2000 |
| Programa Previdencial | | |
| Receitas | 65.110 | 86.463 |
| Despesas | (57.212) | (54.975) |
| Resultado dos Investimentos Previdenciais | 8.909 | 2.733 |
| Saldo Disponível para Constituições | 16.806 | 34.221 |
| Formação de Fundos | (6.408) | (39.709) |
| Resultado do Exercício | 10.399 | (5.488) |
| Superávit/Déficit Técnico | 10.399 | (5.488) |
| Programa de Investimentos | | |
| Receitas | 8.909 | 2.733 |
| Resultados Transferidos para Outros Programas | (8.909) | (2.733) |
| Saldo Disponível para Constituições | - | - |

10 - PARIDADE DE CONTRIBUIÇÕES EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98

A Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, que disciplinou o nível de contribuições das entidades da administração pública federal direta e indireta, em seu Artigo 5º, determinou que, a partir de 16/12/2000, o valor das contribuições dos patrocinadores – vinculados ao setor público – às Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP) não pode ser superior às contribuições dos participantes. Assim, a partir de 16/12/2000, as contribuições do Banco do Brasil passaram a ser efetuadas em montante equivalente às dos participantes.

10.1 - DESTINAÇÃO DAS RESERVAS DE CONTINGÊNCIAS

O Sr. Diretor Fiscal, nomeado em 15/12/2000 pela Secretaria de Previdência Complementar para a implantação da paridade de contribuições, determinou no item "e" do seu expediente, de 6/4/2001, que o saldo das reservas marcado em nome do patrocinador (Banco do Brasil), existente em 15/12/2000, deveria ser registrado, no balanço de 2000, como **CONTRIBUIÇÕES AMORTIZANTES ANTECIPADAS** para amortização de contribuições futuras, decorrentes do acordo firmado entre as partes, em 24/12/1997 e aditado em 9/2/1998.

No entanto, conforme mencionado na nota 5.5.1, Liminar da 13ª Vara do Distrito Federal foi concedida, suspendendo a determinação do Sr. Diretor Fiscal acima mencionada.

Assim, até decisão final sobre a questão, o valor de R\$ 2.603.252 mil (R\$ 2.209.863 mil em 2000), permanecerá registrado na rubrica **Fundo Paridade - Patrocinadora BB - Liminar 13ª Vara Federal**.

Ainda no exercício de 2000, conforme mencionado na nota 5.5.1, por recomendação do atuário, as reservas remanescentes, em 15/12/2000, em nome de outros contribuintes foram transferidas para o Fundo Paridade – Outros Contribuintes, no Programa Previdencial. O saldo das reservas, em 15/12/2000, em nome dos participantes, foi transferido para o Fundo Paridade – Contribuintes BB, no Programa Previdencial.

Todos esses fundos estão sendo atualizados pela variação do IGP-DI mais 6% a.a.

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES

11.1 - ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade. De acordo com a Resolução nº 2.829 do Conselho Monetário Nacional, a Entidade contratou, em 28/12/2001, o Banco do Brasil S.A. para os serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável.

11.2 - PROCEDIMENTOS FISCAIS EM CURSO

A Secretaria da Receita Federal, por intermédio do Mandado de Procedimento Fiscal nº 2002-00.009-0, de 8/2/2002, notificou a Entidade a apresentar documentos e informações relativos a:

- Imposto de Renda incidente sobre rendimentos de renda fixa – exercícios de 1999 e 2000;
- COFINS – período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2000;
- Contribuição sobre Lucro Líquido–CSLL relativa ao exercício de 1997.

Quanto aos itens "a" e "b", os valores respectivos já se encontram provisionados.

Com relação ao item "c", o parecer da Assessoria Jurídica considera provável o êxito da PREVI contra eventual autuação de lançamento desse tributo pela autoridade fazendária.

José Ricardo do Carmo
Contador – CRC-SP 130.823/0-S-RJ

Parecer Atuarial

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2002
Diseg/Gecat – 2002/0007

Sr. Presidente,

Informamos os valores das Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios 1 e 2 relativas aos compromissos assumidos pela PREVI junto aos participantes e beneficiários, avaliadas segundo o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios, a serem contabilizadas no Balanço da Entidade em 31/12/2001. Informamos, também, a evolução da CAPEC – Carteira de Pecúlio dos Funcionários do Banco do Brasil, administrada pela PREVI sob o Regime de Repartição Simples com orçamentos anuais.

2. Metodologia de Cálculo e Premissas Atuariais

2.1. Os Planos de Benefícios 1 e 2 foram avaliados, segundo bases de dados em manutenção na PREVI e sob o regime financeiro de capitalização. Para o Plano de Benefícios 1 foi usado o método agregado. O Plano de Benefícios 1 foi posto em extinção em 24/12/1997. Para o Plano de Benefícios 2 foi usado o método agregado (Parte I) e acumulação financeira (Parte II).

2.2. As Premissas Atuariais consideradas foram as seguintes:

| Premissas Atuariais | Plano de Benefícios 1 | Plano de Benefícios 2 |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Biométricas | | |
| Mortalidade de Válidos | GAM-71 Modificada | |
| Mortalidade de Inválidos | Experiência IAPC | |
| Entrada em Invalidez | Alvaro Vindas | |
| Rotatividade | Não utilizada | |
| Econômicas | | |
| Taxa de Inflação | 5,70% | |
| Fator de Capacidade Salarial | 97,50% | |
| Ganhos Reais dos Investimentos | 6,00% | |
| Taxa de Administração | 5,00% | |
| Crescimento Real de Salários | 2,013% | 3,228% |

3. Plano de Benefícios 1

| | |
|--|--------------------------|
| RECURSOS GARANTIDORES | 27.986.749.377,74 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS | 30.032.471.189,47 |
| Benefícios Concedidos | 29.363.835.194,55 |
| Benefícios do Plano | 31.224.321.040,85 |
| Contribuições da Patrocinadora | |
| Sobre os Benefícios | -1.860.485.846,30 |
| Outras Contribuições da Geração Atual | 0,00 |
| Outras Contribuições da Geração Futura | 0,00 |
| Benefícios a Conceder | 8.171.871.717,01 |
| Benefícios do Plano com a Geração Atual | 10.200.459.945,35 |
| Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual | -717.004.952,81 |
| Outras Contribuições da Geração Atual | -1.311.583.275,53 |
| Benefícios do Plano com Gerações Futuras | 0,00 |
| Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras | 0,00 |
| Outras Contribuições das Gerações Futuras | 0,00 |
| Reserva a Amortizar | -7.503.235.722,09 |
| Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos | 0,00 |
| Fundo Paridade - BB - Liminar - 13ª Vara Federal | 2.603.252.296,48 |
| Fundo Paridade - Parcela de Contribuintes BB | 426.577.818,76 |
| Fundo Paridade - Parcela de Outros Contribuintes | 74.299.430,49 |

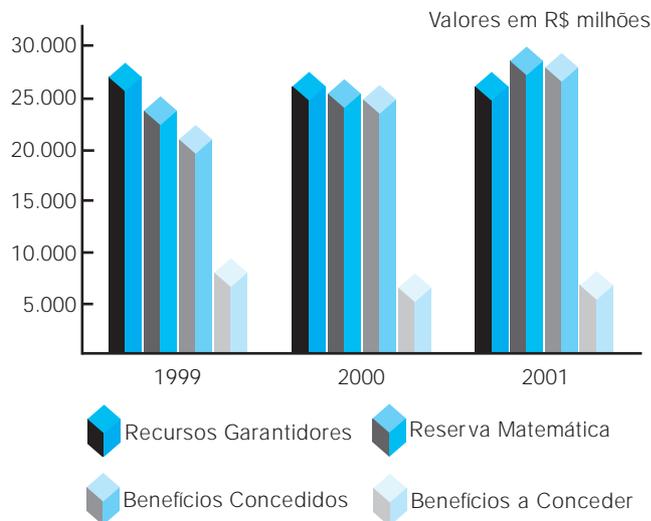
3.1. Levando em consideração os resultados das Reservas Matemáticas e admitindo a verificação das premissas atuariais consideradas para o exercício, constatamos a evolução normal dos compromissos da Entidade para com seus associados.

3.2. Em decorrência do desempenho dos Recursos Garantidores do Plano, influenciados fortemente pelo comportamento do mercado de ações, verificou-se um déficit técnico no exercício de R\$ 2.206.362.646,37 (dois bilhões, duzentos e seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos). O resultado acumulado no exercício, considerando a reversão do superávit de R\$ 160.640.834,64 (cento e sessenta milhões, seiscentos e quarenta mil, oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), apurado em 31/12/2000, resultou em um déficit técnico acumulado de R\$ 2.045.721.811,73 (dois bilhões, quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e onze reais e setenta e três centavos).

3.3. O déficit observado, portanto, decorre de condição conjuntural; não oriundo de desvios atuariais ou alterações significativas nos Planos de Cargos e Salários das patrocinadoras. Não vemos, portanto, no momento, necessidade de revisão do Plano de Custeio.

3.4. Ademais, há de se registrar os valores alocados, em 31/12/2001, nas Contas Fundo Paridade – Patrocinadora BB – Liminar 13ª Vara Federal, Fundo Paridade – Contribuintes BB e Fundo Paridade – Outros Contribuintes, que totalizam R\$ 3.104.129.545,73 (três bilhões, cento e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos), pendentes de decisão judicial.

3.5. Ilustramos a seguir as evoluções das Reservas e Recursos Garantidores do Plano de Benefícios 1 nos últimos três exercícios:



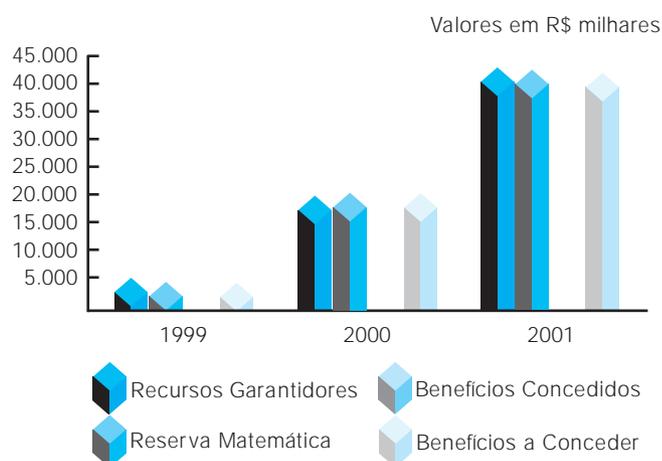
4. Plano de Benefícios 2

| | |
|--|----------------------|
| RECURSOS GARANTIDORES | 41.564.023,87 |
| Parte I – Benefícios de Risco | 6.136.052,53 |
| Parte II – Benefícios Programados | 35.427.971,34 |
| RESERVAS MATEMÁTICAS | 41.219.535,83 |
| Benefícios Concedidos (Partes I e II) | 146.251,24 |
| Benefícios do Plano | 146.251,24 |
| Contribuições da Patrocinadora | |
| Sobre os Benefícios | 0,00 |
| Outras Contribuições da Geração Atual | 0,00 |
| Outras Contribuições da Geração Futura | 0,00 |
| Benefícios a Conceder (Partes I e II) | 41.073.284,59 |
| Benefícios do Plano com a Geração Atual | 70.513.304,82 |
| Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios da Geração Atual | 0,00 |
| Outras Contribuições da Geração Atual | -29.440.020,23 |
| Benefícios do Plano com Gerações Futuras | 0,00 |
| Contribuições sobre Benefícios com as Gerações Futuras | 0,00 |
| Outras Contribuições das Gerações Futuras | 0,00 |

4.1. O Plano de Benefícios 2 encontra-se em equilíbrio atuarial e superávit técnico relativo à Parte I do Plano (Benefícios de Risco), no valor de R\$ 344.488,04 (trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos).

4.2. Considerando o resultado obtido no exercício e o déficit técnico observado no exercício anterior, o Plano encontra-se em equilíbrio financeiro ajustado em decorrência da revisão da taxa de risco da Parte I do Plano.

4.3. Ilustramos a seguir as evoluções das Reservas e Recursos Garantidores do Plano de Benefícios 2 nos últimos três exercícios:



5. CAPEC - Caixa de Pecúlio dos Funcionários do Banco do Brasil

| | |
|-------------------------------|----------------------|
| Receitas | 74.018.584,67 |
| Receitas com Contribuições | 64.078.603,14 |
| Resultados dos Investimentos | 8.908.904,89 |
| Outras Receitas | 1.031.076,64 |
| Despesas | 63.619.985,96 |
| Despesas com Pecúlios | 56.774.224,11 |
| Constituição do Fundo CAPEC | 6.407.648,41 |
| Outras Despesas | 438.113,44 |
| Resultado do Exercício | 10.398.598,71 |
| Fundo CAPEC | 55.950.783,60 |

5.1. A CAPEC apresentou no exercício um superávit técnico de R\$ 10.398.598,71 (dez milhões, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos).

5.2. O Fundo CAPEC acumulou a importância de R\$ 55.950.783,60 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), já considerando o resultado do exercício. Registramos a importância de R\$ 14.772.936,42 (quatorze milhões, setecentos e setenta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos) relativa à provisão para sinistros avisados e não pagos pela Carteira.

Atenciosamente,

José Angelo Rodrigues
Atuário – MIBA 937

Elizabeth Fernandes Ribeiro
Atuária – MIBA 460

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Participantes, Patrocinadores, Conselheiros e Diretores da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI Rio de Janeiro - RJ

Examinamos o balanço patrimonial da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI em 31 de dezembro de 2001, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3º, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a obtenção do parecer do atuário em relação aos montantes das reservas e dos fundos constituídos para cobertura do plano de benefícios; e (d) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A Fundação não aderiu à anistia fiscal nos termos da Medida Provisória nº 2.222/01, conforme descrito na nota explicativa nº 5.2.1., e apresenta em seu balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2001, R\$ 2.282 milhões de provisão para contingências, referente a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Devido à incerteza quanto ao desfecho dessa questão, não nos foi possível concluir sobre a adequação dessa provisão.

Em nossa opinião, com base no nosso exame e no parecer do atuário citado no parágrafo 2º, e exceto quanto aos possíveis efeitos do disposto no parágrafo 3º, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI, em 31 de dezembro de 2001, o resultado de suas operações e os seus fluxos financeiros referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas na legislação brasileira aplicável às entidades fechadas de previdência privada.

As presentes demonstrações contábeis contemplam os efeitos da decisão do Diretor Fiscal nomeado pela Secretaria de Previdência Complementar para implementar o regime de paridade estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20/98, retificada, em parte, por sentença liminar concedida por Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer duplamente datado de 10 de abril de 2001 e 29 de maio de 2001, com observações sobre as operações de financiamentos imobiliários, sobre passivo de contingências e sobre o mesmo assunto contido no parágrafo 5º desse nosso parecer.

27 de fevereiro de 2002

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC-SP 11.609 S/RJ

Marcelo C. Almeida
Contador
CRC-RJ 36.206-3

Parecer do Conselho Deliberativo para o Relatório Anual de Atividades e para as Demonstrações Contábeis da PREVI, referentes ao Exercício de 2001

Corpo Social e Banco do Brasil S.A.,

Em reunião de 13 de março de 2002, o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, no uso das atribuições conferidas pelo Inciso XIV do Artigo 18 do Estatuto da Entidade, examinou o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da PREVI, apresentados pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001.

Com fundamento nas análises procedidas, bem como nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial dos Planos de Benefícios emitido pelo Atuário Interno e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis emitidas pelo Contador, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da PREVI e aos princípios legais, e que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado.

Rio de Janeiro (RJ), 13 de Março de 2002.

Paulo Edgar Trapp

Arlindo Magno de Oliveira
Carlos Eduardo Teixeira Freire
Valmir Marques Camilo

Azor Carneiro Pereira
José Roberto M. do Amaral

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do artigo 31 do Estatuto da Entidade, examinou o Relatório Anual de Atividades, as Demonstrações Contábeis e os negócios e atividades do período, referentes ao exercício findo em 31.12.2001.

Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas, nos esclarecimentos efetuados por membros da Diretoria Executiva e/ou seus prepostos, nas reuniões realizadas no período sob exame e nos Pareceres dos Atuários Internos e dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal conclui que, em seus aspectos relevantes:

- a) o Relatório Anual de Atividades reflete os atos administrativos desenvolvidos pela PREVI em 2001;
- b) as Demonstrações Contábeis representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, observando-se que:
 - b.1) os valores das Reservas Matemáticas foram apurados sob a responsabilidade do serviço atuarial da PREVI e apreciados por auditores independentes;
 - b.2) o déficit apurado nas demonstrações sob análise decorre do conturbado cenário econômico vivenciado em 2001, que impactou negativamente a rentabilidade dos investimentos da PREVI nesse ano. Não se trata, portanto, de déficit estrutural que esteja a recomendar a revisão do plano de custeio ou do plano de benefícios da Entidade, como se verifica da mensagem da Diretoria e do Parecer Atuarial;
 - b.3) no entendimento do Conselho Fiscal, o critério de avaliação das ações de empresas nas quais a PREVI participa da gestão e/ou controle – que representam 47% (quarenta e sete por cento) da Carteira de Renda Variável da Entidade – por valor de mercado, critério empregado pela PREVI na forma determinada pela legislação específica, não possibilita a estimativa mais consentânea com o efetivo valor desses ativos, dado que o "prêmio de controle" não é, dessa forma, levado em consideração;
 - b.4) da mesma forma, o critério de avaliação para os ativos constantes dos Fundos de Investimento Carteira Ativa e Carteira Ativa I não possibilita a estimativa mais adequada para o efetivo valor desses ativos. O valor econômico apurado quando do processo de descruzamento das ações da CSN e Vale do Rio Doce por empresa técnica especializada, com base no método de fluxo de caixa descontado, deve ser tomado como base para conclusão dos estudos mais aprofundados recomendados pela Diretoria Executiva, após o que deverão ser procedidos os ajustes que se fizerem necessários;
 - b.5) as demonstrações contábeis mantêm os registros efetuados quando das demonstrações do ano de 2000, relativos aos efeitos da implementação das disposições constitucionais de que trata a Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, dado que permanecem pendentes os questionamentos judiciais a respeito do assunto;

b.6) conforme Nota Explicativa 5.2.1 e parágrafo 3º do Parecer dos Auditores Externos, a PREVI não aderiu à anistia de tributos federais prevista no art. 5º da MP 2.222, de 04.09.2001. Em consequência, efeitos adicionais, positivos ou negativos, à provisão já constituída somente serão refletidos nas demonstrações contábeis de 2002, observada a evolução da questão.

c) quanto aos negócios e atividades do exercício:

c.1) os atos administrativos praticados atendem aos preceitos da legislação, das normas em vigor e do Estatuto da Caixa de Previdência, cabendo registrar, entretanto:

c.1.1) a existência de desenquadramentos nas aplicações dos recursos garantidores de reservas técnicas, relativamente aos limites estabelecidos na Resolução CMN Nº 2.829, de 30.03.2001, e conforme apresentado no "Demonstrativo Analítico de Investimento e de Enquadramento das Aplicações" do quarto trimestre de 2001, onde constam, inclusive, as justificativas da Entidade, destacando-se os planos de enquadramento para os diversos segmentos de investimentos já encaminhados para o Conselho Monetário Nacional e pendentes de aprovação:

c.1.2) que, de acordo com a sistemática atual de indexação de saldos devedores e prestações dos financiamentos imobiliários repactuados (IGP-DI ou variação salarial de caráter individual, o que for menor), os encargos financeiros a serem obtidos nessas operações corresponderão, no máximo, ao mínimo previsto no plano atuarial da Entidade, em contraposição ao que estabelece o inciso II do artigo 43 do Regulamento anexo à Resolução CMN Nº 2.829, de 30.03.2001;

Considerando os registros deste Parecer e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 34 do Estatuto:

"Artigo 34. Consulta ordinária será realizada:

I - anualmente, até 30 de abril, para que o Corpo Social tome conhecimento dos pareceres atuarial, do Auditor Independente e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e delibere sobre o relatório anual de atividades da PREVI e as demonstrações contábeis do exercício, previamente submetidos ao Conselho Deliberativo;
..."

o Conselho Fiscal recomenda a sua aprovação.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de março de 2002.

Elidia Resula Ulerich Bomfim
Presidente
Fernanda Duclos Carisio

Adalberto Thomaz Gangoni
Secretário
Pedro Carlos de Mello

Sérgio Ricardo Lopes de Farias

Edição

Gerência de Comunicação e Marketing da PREVI

Projeto Gráfico

ECO MKT & COM

Tiragem

110.000 exemplares

Custo Unitário

R\$ 1,58



- End.: Praia de Botafogo, 501 - 3º e 4º andares - CEP 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ
- Central de Atendimento PREVI: 0800-21-0505 (ligação gratuita)
- Internet: www.previ.com.br